



Organización
de las Naciones Unidas
para la Educación,
la Ciencia y la Cultura

Crianças, adolescentes e o uso da Internet em São Paulo e Buenos Aires: estudos a partir de uma perspectiva de igualdade de gênero



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

cetic.br

Centro Regional de Estudos
para o Desenvolvimento da
Sociedade da Informação
sob os auspícios da UNESCO

nic.br

Núcleo de Informação
e Coordenação do
Ponto BR

cgi.br

Comitê Gestor da
Internet no Brasil



FLACSO
ARGENTINA

Facultad
Latinoamericana de
Ciencias Sociales.
Sede Argentina.
Área Género,
Sociedad y
Políticas.

Publicado em 2020 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, (7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, Francia) e o Escritório Regional de Ciências da UNESCO para América Latina e Caribe, Escritório da UNESCO em Montevidéu, (Luis Piera 1992, Piso 2, 11200 Montevidéu, Uruguai).

© UNESCO 2020

ISSN 2301-1424



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port).

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As idéias e opiniões expressadas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente os pontos de vista das organizações que coordenaram e/ou apoiaram este trabalho nem as comprometem.

Desenho da capa, projeto gráfico e diagramação: María Noel Pereyra
Ilustração da capa: Freepik.com

Introdução: Gloria Bonder

Resultados de São Paulo: Tatiana Jereissati, Javiera F. M. Macaya e Stefania Lapolla Cantoni

Resultados de Buenos Aires: Sebastián Benítez Larghi e Blas Fernández

Preparação e revisão em português: Érica Santos Soares de Freitas

**Crianças, adolescentes e o uso da Internet
em São Paulo e Buenos Aires:
estudos a partir de uma perspectiva
de igualdade de gênero**

Um convite ao debate

Mais de três séculos atrás, o pensador, poeta e político britânico John Milton publicou um dos textos mais importantes e famosos contra a censura: *Areopagítica*. Ele foi um dos catalisadores de um importante debate sobre a proteção da liberdade de expressão e de imprensa.

Muitos séculos antes dele, os gregos produziram discussões sólidas sobre a importância da doxa (opinião) para a democracia.

As discussões sobre a centralidade da liberdade de expressão e acesso à informação e conhecimento para a democracia, o desenvolvimento, a proteção e promoção de outros direitos humanos não são nada novas.

No entanto, não há dúvida de que o advento das novas tecnologias de comunicação e informação, em particular a expansão da Internet, oferece uma dimensão única e sem precedentes para essas discussões.

O impacto sobre o sistema de proteção e promoção dos direitos humanos, a consolidação da democracia, o desenvolvimento, tomada de decisões, políticas públicas e, ao fim do dia, na vida cotidiana de todos os cidadãos não tem precedentes.

O avanço das sociedades do conhecimento está intimamente ligado ao aprofundamento das discussões sobre o direito à liberdade de expressão e do acesso universal à informação em um mundo cada vez mais conectado. A liberdade de imprensa, o desenvolvimento da mídia, a privacidade, o papel das TIC na política pública, governo aberto, proteção documental, alfabetização mediática e informacional são alguns dos muitos temas que estão sobre a mesa.

O Escritório da UNESCO em Montevideú, procurando reforçar o papel de laboratório de ideias da Organização, oferece a seus stakeholders esses Cadernos Discussão de Comunicação e Informação.

Produzido por especialistas em cada tema, o objetivo principal é fornecer insumos para que tomadores de decisão e formuladores de políticas públicas possam ter em conta diferentes ângulos das questões que estão na ordem do dia da agenda internacional, sempre tendo como fio condutor os padrões internacionais existentes.

Não se pretende oferecer a última palavra. Pelo contrário, o que é desejado é contribuir para um debate cada vez mais informado e plural sobre as questões centrais de ontem, hoje e amanhã.

Boa leitura!

Prólogo

Ouvindo meninos, meninas e adolescentes no complexo debate sobre as TIC

“Nada sobre nós sem nós”

O lema acima mencionado é frequentemente utilizado por grupos vulneráveis e/ou minorias políticas para salientar o óbvio: a legitimidade da formulação das políticas públicas está claramente conectada à escuta e à participação dos grupos interessados em sua construção.

Parece óbvio, tão óbvio como a forma esférica do planeta Terra; entretanto, continuamos todos os dias a produzir políticas públicas que impactam diretamente as vidas de bilhões de meninos, meninas e adolescentes em todo o mundo sem escutá-los e sem envolvê-los.

Não é diferente, infelizmente, com a agenda das TIC. As implicações das tecnologias de informação e comunicação para a vida cotidiana da população infanto-juvenil são holísticas: impactam sua educação, saúde física e mental, entretenimento, desenvolvimento sociocultural, vida política, para citar os principais. Não obstante, essas políticas são construídas, com muita frequência, preocupando-se com esses impactos, corretamente, mas sem buscar compreender o que pensam os meninos, meninas e adolescentes sobre esses mesmos temas.

O problema se torna ainda mais complexo se o foco estiver voltado para questões particularmente relevantes, mais especificamente como no caso das desigualdades de gênero existentes com relação aos usos, apropriações e interações dessa faixa etária com as TIC.

Este texto busca oferecer uma contribuição que forneça uma luz sobre como preencher essa lacuna. Equipes de pesquisadores altamente qualificados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – Cetic.br/NIC.br – e da área de gênero, sociedade e políticas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais da Argentina – FLACSO-Argentina – têm se dedicado a escutar as vozes dos meninos, meninas e adolescentes nas cidades de São Paulo e Buenos Aires sobre esses temas.

Este texto engloba as conclusões deste exercício, assim como recomendações para o aprimoramento de políticas públicas a partir destes resultados. Oferecemos um spoiler: alcançar o ODS 5 (igualdade de gênero) sem deixar ninguém para trás, implica continuar envolvendo a população infanto-juvenil no debate central sobre as TIC.

Boa leitura!

Os Editores

Sumário

Um convite ao debate	5
Prólogo	6
Sumário executivo / Executive summary / Resumen ejecutivo	8
1. Introdução.....	11
2. Uso de TIC por crianças e adolescentes a partir de uma perspectiva de gênero: um novo <i>framework</i> de pesquisa.....	15
3. Crianças, adolescentes e o uso da Internet na cidade de São Paulo: oportunidades, autoapresentação e expressão, privacidade e violência <i>on-line</i>	16
3.1. Acesso móvel: o protagonismo do telefone celular	17
3.2. Redes sociais em destaque no uso da Internet	17
3.3. Oportunidades na Internet e seus múltiplos usos.....	18
3.4. Curadoria da imagem: modos de autoapresentação e expressão <i>on-line</i>	19
3.5. Perspectivas sobre privacidade na Internet	21
3.6 Violência <i>on-line</i> : vazamento de <i>nudes</i> e as implicações para meninas	23
4. Crianças e adolescentes em Buenos Aires: uma análise sobre os acessos, os usos e as incidências das TIC e as redes sociais, a partir de uma perspectiva de igualdade de gênero	26
4.1. As tecnologias de informação e comunicação na Argentina: políticas públicas e o lugar privilegiado da Cidade Autônoma de Buenos Aires.....	26
4.2. Um estudo qualitativo sobre o uso das TIC em Buenos Aires: abordagem metodológica	27
4.3. Acessos e usos das TIC por meninas e meninos.....	27
4.4. Consumo de TIC: oportunidades e riscos percebidos no mundo digital.....	28
4.5. Autoapresentação <i>on-line</i> : imagens desejáveis e indesejáveis nas redes sociais	30
4.6. Privacidade e redes sociais.....	32
4.7. Violência na Internet e nas redes sociais: cyberbullying, discriminação e situações problemáticas <i>on-line</i>	33
5. Considerações finais	35
6. Recomendações para políticas públicas.....	36
7. A autoria	37
Referências.....	39

Sumário Executivo

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) desempenham um papel cada vez maior no cotidiano de crianças e adolescentes, embora tanto seu acesso quanto seu uso ainda sejam marcados por desigualdades. Nesta publicação, exploramos particularmente as desigualdades de gênero relacionadas às experiências de crianças e adolescentes com as tecnologias digitais nas cidades de São Paulo (Brasil) e Buenos Aires (Argentina).

Partindo de uma metodologia de pesquisa qualitativa, são analisadas questões relacionadas aos usos, às atividades e às experiências vivenciadas na Internet por crianças e adolescentes em São Paulo e em Buenos Aires. Especificamente, foram exploradas cinco dimensões ligadas a essas experiências: acesso, uso e oportunidades, autoapresentação nas redes sociais, privacidade e violência *on-line*.

Os resultados dos estudos mostram, com diferentes gradações, como as experiências *on-line* de meninas e meninos são caracterizadas por questões de gênero, refletidas na diferença no aproveitamento de oportunidades, na preocupação com a autoapresentação em redes sociais, nos riscos relacionados à privacidade e nas violências que vivenciam *on-line*.

Com esta publicação, busca-se sensibilizar diferentes atores sobre a importância de considerar a perspectiva de gênero na formulação de políticas públicas relacionadas ao uso de TIC por crianças e adolescentes. São necessários esforços conjuntos a fim de diminuir as desigualdades identificadas neste estudo, potencializar os aspectos positivos da Internet e maximizar suas oportunidades para meninas e meninos de forma equânime.

Executive Summary

Information and communication technologies (ICT) play an increasing role in the daily lives of children and adolescents, although both their access and use are still marked by inequalities. In this publication, we particularly explore the gender inequalities related to children and adolescents' experiences with digital technologies in the cities of São Paulo (Brazil) and Buenos Aires (Argentina).

Based on a qualitative research methodology, issues related to the uses, activities and experiences of the Internet by children and adolescents in São Paulo and in Buenos Aires are analyzed. Specifically, five dimensions relative to these experiences were explored: access, use and opportunities, self-presentation on social networks, privacy and online violence.

The results of the studies show, in different gradations, how girls' and boys' online experiences are characterized by gender issues, such as the difference in benefitting from opportunities, the great concern with self-presentation on social networks, the risks related to privacy, and the violence they experience online.

This publication seeks to raise awareness among different actors about the relevance of considering the gender perspective in the formulation of public policies related to the use of ICT by children and adolescents. Joint efforts to reduce the inequalities identified in this study are essential to enhance the positive aspects of the Internet and maximize the opportunities it provides for girls and boys alike.

Resumen ejecutivo

Las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) desempeñan un papel cada vez más importante en la vida cotidiana de las niñas, niños y adolescentes, aunque tanto su acceso como su utilización siguen marcados por las desigualdades. En esta publicación, exploramos particularmente las desigualdades de género relacionadas con las experiencias de niñas, niños y adolescentes con las tecnologías digitales en las ciudades de São Paulo (Brasil) y Buenos Aires (Argentina).

A partir de una metodología de investigación cualitativa, se analizan cuestiones relacionadas con los usos, actividades y experiencias vivenciadas en la Internet por niñas, niños y adolescentes en São Paulo y en Buenos Aires. Concretamente, se exploraron cinco dimensiones relacionadas a esas experiencias: el acceso, el uso y las oportunidades, la autopresentación en las redes sociales, la privacidad y la violencia en línea.

Los resultados de los estudios muestran, con diferentes gradaciones, cómo las experiencias en línea de las niñas y los niños se caracterizan por cuestiones de género, tal como la diferencia en el disfrute de las oportunidades, la gran preocupación por la autopresentación en las redes sociales, los riesgos relacionados con la privacidad y la violencia que experimentan en línea.

Esta publicación tiene por objeto sensibilizar a los diferentes actores sobre la pertinencia de tener en cuenta la perspectiva de género en la formulación de las políticas públicas relacionadas con el uso de las TIC por parte de las niñas, niños y adolescentes. Los esfuerzos conjuntos para reducir las desigualdades identificadas en el presente estudio son esenciales para potenciar los aspectos positivos de la Internet y maximizar las oportunidades que ofrece tanto a las niñas como a los niños.

Crianças, adolescentes e o uso da Internet em São Paulo e Buenos Aires: estudos a partir de uma perspectiva de igualdade de gênero

1. Introdução

A expansão global e a constante inovação das TIC, assim como a conseqüente profunda transformação de todas as dimensões da vida, são um vetor fundamental de uma mudança de época, nomeadas Sociedade da Informação, Sociedades do Conhecimento, Sociedade em Rede, entre outras. Acompanhadas de discursos promissores sobre transformações irreversíveis, em geral positivas, revelam-se, porém, como uma fase complexa, por demonstrarem simultaneamente seu potencial tanto para melhorarem as condições de vida de importantes setores da sociedade, como para reproduzirem e incrementarem relações de poder no plano econômico, político, cultural e de gênero.

Esta publicação apresenta resultados de um estudo que ilustra as diferenças e as desigualdades de gênero nas experiências digitais de meninas, meninos e adolescentes com idades entre 11 e 17 anos, em diversos contextos socioeconômicos e culturais, a respeito dos usos das TIC por parte de pessoas desses grupos etários. Para isso, foi aplicada uma metodologia original, abrangente e sensível para capturar as particularidades nesses usos, a fim de detectar percepções, atitudes e comportamentos dessas crianças e adolescentes quanto às questões de privacidade nesses ambientes e as problemáticas que suscitam. Essa abordagem, além de muito valiosa para aprofundar e ampliar o conhecimento existente, fornece orientações para a formulação de políticas públicas e de iniciativas sociais criativas que potencializem a participação responsável e estratégica da infância e da juventude nos ambientes digitais. Além disso, reflete também a convicção e o compromisso dos/das autores/as com a produção de conhecimentos que evitem o esquematismo e o pensamento binário.

Mensuração do Hiato Digital de Gênero: breve percurso histórico

Desde o final dos anos 1970, os desenvolvimentos tecnológicos, ainda pouco conhecidos e incertos em relação à sua incidência, despertaram o interesse de pesquisadoras voltadas para estu-

dos de gênero ou feministas, com o objetivo de analisarem a relevância da análise do acesso e da participação das mulheres nesse novo entorno e identificarem sua provável marginalização ou discriminação.

Os trabalhos iniciais dedicaram-se a produzir e a difundir informação sobre o acesso das mulheres às tecnologias existentes até aquele momento. Baseados nos escassos dados disponíveis que, na maioria dos países, não estavam desagregados por sexo, esses esforços pioneiros demonstraram a existência do chamado primeiro hiato digital de gênero¹, focalizado no acesso às TIC. Anos mais tarde, essas análises tornaram-se mais complexas a partir da utilização de outros indicadores sobre uso de tecnologias, tais como tipos, tempo de duração e finalidade, para a elaboração de índices globais que facilitaram comparações entre regiões e países e seu monitoramento².

Dessa tarefa, ocupam-se há décadas numerosos organismos e entidades internacionais, tais como a União Internacional de Telecomunicações (UIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial, a Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável (*Broadband Commission for Sustainable Development*), a União Europeia, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), entre outros. Mais recentemente, juntaram-se a esse cenário os institutos nacionais de estatísticas de alguns países e, gradualmente, também se somaram centros acadêmicos e Organizações Não Governamentais (ONG) dedicados aos estudos de gênero ou feministas, segundo suas próprias definições.

Em geral, essas análises basearam-se explícita ou implicitamente em premissas, categorias e propostas políticas de uma das correntes da teoria de gênero, denominada feminismo liberal, que defende a igualdade de direitos e de oportunidades de ambos os gêneros, e promove a implementação de medidas legais e de políticas públicas que garantam a inclusão e a participação das mulheres em todos os espaços; nesse caso: no digital.

1 As análises dos hiatos digitais de gênero remontam-se à década de 1980 (Cockburn, 1993; Spade & Valentine, 2019; Sørensen, 1992; Wajcman, 2004; Margolis & Fisher, 2002; Cantos, Collado, & Fernández, 2011).

2 Em trabalhos posteriores, Cecilia Castaño Collado (2016a, 2016b; Collado et al., 2015; Collado & Webster, 2014; Cantos & Collado, 2017) analisa um segundo hiato digital de gênero, relativo à intensidade no uso do computador, e um terceiro hiato, relacionado aos usos avançados. Segundo a autora, os homens incorporam com mais rapidez e facilidade os formatos mais novos, o que cria uma fronteira móvel entre ambos os gêneros. Embora as mulheres acessem todos os dispositivos e seus usos, eles já se deslocaram à seguinte fronteira tecnológica.

Como apontado adiante, essa concepção tem sido questionada por outras correntes dos estudos de gênero, campo caracterizado pela multidisciplinaridade, pela diversidade de interpretações sobre as relações e as posições de mulheres e homens na sociedade e, especialmente, pela riqueza de debates a respeito de questões fundacionais, inclusive sobre o próprio conceito de gênero, não adotado nem interpretado do mesmo modo por todas³.

Desde então, a pesquisa dedicou-se mais especificamente à produção de evidências empíricas sobre dois fenômenos que ainda continuam suscitando reflexão: as desigualdades entre mulheres e homens no acesso e no uso das TIC, em especial da Internet, e a sub-representação das mulheres em estudos, profissões e disciplinas afins; portanto, em sua criação e inovação. Conforme afirmam Hafkin e Huyer (2006): “sem dados não há visibilidade e sem visibilidade não há prioridade” (p. 49); logo, era fundamental produzir dados estatísticos que dessem credibilidade à demanda crescente de leis, políticas e programas *de e para* a igualdade de gênero, informações que, ao mesmo tempo, permitissem otimizar seu desenho, gestão e avaliação.

Sem dúvida, dispor de dados “duros” é uma condição necessária para que situações de desigualdade, em particular de gênero, que costumam permanecer invisíveis ou naturalizadas, se tornem uma problemática social, política, econômica e acadêmica interpeladora sobre diversos setores e, especialmente, aos tomadores de decisão, tanto no setor público como no privado.

Os resultados esperados têm sido alcançados? Avaliações realizadas em países mais avançados em matéria de integração ou transversalização de políticas de igualdade de gênero⁴ – tanto na ciência quanto na tecnologia⁵ – mostram certos avanços, embora menores do que os esperados ou

desejados, sobretudo desiguais, em alguns países ou setores sociais. Não obstante, tais resultados apresentam-se muito úteis para o desenho de novos estudos e orientações para a ação⁶.

Mulheres nos ambientes digitais: *por que tão poucas?*

Desde os anos 1990, especialmente na última década, um amplo corpo de estudos tem aportado explicações sobre os fatores que condicionam a situação de desvantagem das mulheres nos ambientes digitais, atribuída a questões estruturais, por um lado, e a condicionantes socioculturais, estereótipos e preconceitos de gênero, por outro. No primeiro caso, o desenvolvimento econômico e tecnológico dos países⁷ afeta a disponibilidade e a qualidade do equipamento a que distintos grupos sociais podem acessar; no segundo, as condicionantes incidem no desenvolvimento de interesses, habilidades, motivações e confiança para haver apropriação desses recursos e projeção como potenciais criadoras e agentes de inovação das TIC.

Em resumo, até hoje, a maior parte das pesquisas tem aportado respostas a inquietudes ainda persistentes, condensadas na célebre pergunta “Por que tão poucas?”, formulada pela *American Association of University Women* (AAUW) (Hill, Corbett, & Andresse, 2010), em relação à decrescente participação das mulheres nos estudos de computação ou de informática, questão que passou a abarcar novas dimensões: a escassa presença de mulheres em cargos de decisão na indústria da informática, na direção de equipes de pesquisa e inovação, na condução de políticas digitais, entre titulares de patentes, entre pessoas reconhecidas e premiadas etc. Essa linha de pesquisa tem aportado conhecimentos valiosos para a criação de numerosos programas e projetos de ação em todas as latitu-

- 3 Embora cada uma apresente um perfil particular e tenha alcançado reconhecimento em décadas diferentes, os aportes de cada corrente teórica não são totalmente excludentes, como se verifica em muitos estudos, inclusive atuais, que poderiam ser denominados como heterodoxos.
- 4 Conforme apontado pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC, 1997) “É uma estratégia para converter as preocupações e experiências das mulheres e dos homens numa dimensão integral do desenho, implementação, monitoramento e avaliação das políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais, para que as mulheres e os homens se beneficiem igualmente e a desigualdade não se perpetue”.
- 5 Refere-se especialmente a países da União Europeia que têm implementado planos e políticas de igualdade de gênero há décadas. Segundo o índice publicado em 2017 pelo Instituto Europeu de Igualdade de Gênero (EIGE, n. d.), nos últimos dez anos, os avanços com esse sentido são desenvolvidos a “passo de tartaruga”. A pontuação da União Europeia em termos de igualdade de gênero supera em apenas quatro pontos à registrada dez anos atrás. Mais informações em: <https://eige.europa.eu>.
- 6 Segundo o Informe de 2017 da UIT (UIT, 2017) sobre Medição da Sociedade da Informação, o hiato digital de acesso às TIC entre homens e mulheres continua sendo muito significativo, embora difira de acordo com os países e regiões. É pequeno nos países desenvolvidos, mais acentuado nos países em desenvolvimento e substancial nos PMA, “onde somente uma em cada sete mulheres usa Internet contra um em cada cinco homens. Na África, parece ter aumentado significativamente nos últimos cinco anos”.
- 7 Um exemplo é o relatório de 2015 #WomensRightsOnline, da Web Foundation (World Wide Web Foundation, 2015), o qual revela que as mulheres têm uma propensão para acessar a Web 50% menor que os homens nos países em desenvolvimento. Elas identificam duas barreiras principais: sua autopercepção da falta de habilidades técnicas e os altos custos para o acesso em relação à sua renda. A esses fatores, adiciona-se o menor tempo disponível decorrente das responsabilidades das tarefas de cuidado atribuídas a elas.

des (muitos levados a cabo por ONG feministas), focados em reverter as barreiras que explicam as desigualdades de gênero no mundo digital⁸.

Muito mudou desde a década de 1970, tanto nas TIC como na relação que ambos os gêneros estabelecem com elas. Continuamente, conformam-se novas problemáticas que superam as análises baseadas em um enfoque binário e centrado em revelar a quantidade de “mulheres dentro ou fora” desses ambientes. Em contrapartida, observa-se uma tendência crescente em direção à realização de pesquisas baseadas em análises qualitativas (ou que as incluem) ou em triangulações entre diferentes metodologias; nos últimos tempos, notam-se avanços em direção aos enfoques interseccionais que articulam gênero, classe, raça, idade, orientação sexual, diferentes capacidades, entre algumas variáveis. Em consequência, essa situação demanda a criação de outras categorias de análise que problematizem tanto as interpretações “clássicas” sobre gênero, como sobre as TIC⁹.

Conforme mencionado, nos últimos anos, observaram-se posições críticas aos projetos de pesquisa – e em especial de ação – que assumem premissas e metas do feminismo liberal, cujos objetivos explícitos ou implícitos são questionados sobre a tendência a incentivarem as mulheres a se incluam nas instituições (educacionais, profissionais, políticas etc.), sem questionarem seus valores patriarcais, convalidando que elas devem se adaptar ou se assimilar a seus códigos e práticas, o que torna invisíveis os altos custos que tendem a recair sobre suas vidas e suas trajetórias profissionais.

Esse enfoque apresenta as mulheres como “o problema” que necessita ser resolvido por meio de intervenções, geralmente relacionadas à educação, para que superem as “barreiras” e garantam sua inclusão em estruturas e culturas que não são questionadas com profundidade. Essas críticas têm relação com o desenvolvimento de outras correntes dentro da teoria de gênero (em especial, as pós-modernas, *queer*, pós-coloniais, tecnofeminismo, ciberfeminismo, entre outras), com o reco-

hecimento da complexidade e com as profundas resistências aos processos de mudança das hierarquias genéricas. Em suma, o foco das análises tem se deslocado, segundo apontado pela Cátedra Regional UNESCO Mujer, Ciencia y Tecnología en América Latina (Bonder, 2016), para:

- rever criticamente as culturas institucionais (normas, códigos explícitos e implícitos, práticas do cotidiano, tradições e privilégios “fraternais” etc.) que ainda prevalecem nos âmbitos educacionais, profissionais e políticos relacionados às TIC;
- revelar as expressões menos evidentes de discriminação de gênero recriadas em contextos aparentemente igualitários (como as universidades, o mundo acadêmico, as empresas tecnológicas);
- analisar as estratégias de adaptação e de promoção de cada gênero;
- observar também as formas de resistência e de organização desenvolvidas pelas mulheres, usando as redes para se apoiar e divulgar propostas transformadoras.

Gênero e Tecnologias

As tecnologias têm gênero? Essa sugestiva e polêmica pergunta formulada por Berg e Lie (1995), a que responderam afirmativamente, levou a outra linha de pesquisa denominada Co-construção de gênero e TIC; inspirada no construtivismo social e nos estudos sociais da ciência e da tecnologia¹⁰, analisa as inter-relações complexas e mutantes entre as representações e os padrões de gênero, e as produções e as representações sociais das TIC, além de revelar como operam a partir do mesmo desenho de artefatos tecnológicos (o que tem se denominado *gender script*)¹¹, suas consequências nas relações que cada grupo social estabelece com tais artefatos, os estereótipos de gênero na propaganda comercial de diferentes artefatos, entre

8 São muitos os relatórios sobre o tema, dentre os quais um recente da UNESCO (2017).

9 Questiona-se a associação do conceito de gênero somente com as mulheres, em especial com aquelas em situação de desvantagem, em vez de concebê-lo como uma relação de poder social que estabelece uma ordem hierárquica entre as posições sociais e as características atribuídas a mulheres e homens, e entre as valorações do feminino e do masculino, assim como também sobre o determinismo social em que se baseiam muitas análises sobre a incidência dos estereótipos de gênero na identidade ou na subjetividade e os papéis assumidos. Problematizam, ainda, a própria noção de sujeito e a interpretação “tecnocrática” das TIC, concebidas como artefatos que incidem na sociedade, sem assumir que elas próprias são construções sociais nas quais se refletem visões e interesses econômicos e políticos, representações e valores de gênero.

10 Os estudos sociais sobre ciência e tecnologia de longa trajetória internacional e na América Latina conformam um campo transdisciplinar dedicado a analisar criticamente tanto os condicionantes quanto os efeitos culturais, éticos e políticos do conhecimento científico e a inovação tecnológica, questionando sua suposta neutralidade, objetividade e universalidade, assim como o determinismo tecnológico. Um importante grupo de pesquisadoras feministas têm contribuído com esse esforço, demonstrando o caráter androcêntrico predominante nos paradigmas científicos e o sexismo em suas práticas.

11 Segundo Akrich (1992) e Oudshoorn et al. (2002), o *gender script* age por meio de dois processos interconectados: a antecipação dos designers sobre seus usuários, suas preferências, habilidades e necessidades, as quais logo são materializadas em um objetivo tecnológico em acordo; e também por meio de um segundo processo, que consiste na delegação de determinados papéis, ações e responsabilidades específicos atribuídos às/aos usuárias/os pelos dispositivos tecnológicos.

outros aspectos. Faulkner (2001), uma das autoras mais influentes nesse aspecto, afirma que os enfoques “clássicos” – já mencionados – pesquisam **gênero e tecnologia**, ao passo que essas análises apontam para **gênero na tecnologia e gênero da tecnologia**; este último refere-se a como são percebidos os diferentes recursos tecnológicos e com qual gênero são preferencialmente associados (Faulkner, 2001). Embora advirta que as associações de cada dispositivo tecnológico com um gênero possam não permanecer estáveis ao longo do tempo, a tendência a “generificar” produções, percepções e valorações das tecnologias persiste.

O grupo *Gendered Innovations*¹² proporciona eloquentes exemplos de desenvolvimentos tecnológicos criados a partir de um paradigma androcêntrico que tem tido consequências negativas para as mulheres: o mais difundido é o da experimentação dos *airbags* com manequins de figuras masculinas. Conforme posteriormente comprovado, essa inovação tecnológica teve consequências nocivas e mesmo dramáticas em acidentes automobilísticos nos quais dirigiam ou viajavam mulheres. Além dos danos, as evidências questionam os critérios de avaliação da qualidade da inovação tecnológica, ao considerar que as sociedades são formadas por mulheres e homens de diversos níveis socioeconômicos, idades, culturas, raças, capacidades, entre outras condições, e que tal diversidade deveria se reconhecer e incidir na produção tecnológica. Dando um passo além da análise crítica dos vieses de gênero, esse grupo também fornece orientações metodológicas para integrar a dimensão de gênero em todo o processo de criação tecnológica, de modo a assegurar sua adequação para atender às necessidades de ambos os gêneros e/ou à estimulação e à representação de seus diversos gostos, hábitos, comportamentos, línguas etc.

Caminhos Futuros

Esse breve e indubitavelmente incompleto percurso sobre os avanços na pesquisa das TIC a partir de diferentes correntes da teoria de gênero demonstra, não obstante, que tem se avançado muito, especialmente nas últimas duas décadas, em vários aspectos correlatos. As pesquisas sobre as TIC, ou a Sociedade da Informação ou do Conhecimento, ocupam um espaço cada vez mais reconhecido nas agendas de pesquisa dos centros dedicados aos estudos de gênero e, também, ainda que em menor medida, nas instituições e em âmbitos dedicados ao tema. Além disso, devido ao envolvimento de numerosos organismos nacionais

e internacionais que, embora com abordagens e interesses distintos, se preocupam em reverter a desigualdade entre mulheres e homens nos ambientes digitais, e em promover e apoiar programas e políticas, por enquanto tais pesquisas estão fundamentalmente centradas em incentivar a participação das mulheres.

Entretanto, começam a surgir outras propostas e intervenções que favorecem mudanças estruturais nas culturas e nas práticas institucionais, destacando os benefícios criativos e econômicos das equipes de pesquisa e inovação integradas por mulheres e homens de diversos grupos sociais, e que incentivam um desenvolvimento tecnológico o qual fortaleça sociedades mais igualitárias, solidárias e sustentáveis. Também é encorajador que haja análises mais complexas e atualizadas que contribuam com informação desagregada e comparada entre diferentes grupos de mulheres e homens em contextos diversos, retratando estabílidades, além de mudanças e de exemplos de “rachaduras” nos códigos de gênero, pelas quais flui a criatividade das mulheres, sua capacidade para se apropriar das TIC e utilizá-las estrategicamente nas esferas laboral, social, política, educativa, cultural, e também para imaginar e criar inovadores e potentes aplicativos tecnológicos, em muitos casos receptivos e efetivos, a fim de seguirem avançando em direção à igualdade substantiva entre ambos os gêneros.

São muitas as perguntas e os temas de pesquisa colocados nos últimos anos e, seguramente, serão muitos mais os que surgirão, dado o dinamismo não apenas das TIC, mas também das interpretações sobre as relações de gênero em sociedades sob mudanças aceleradas e incertas.

12 Criado em 2011 pela Comissão Europeia, em colaboração com a Universidade de Stanford, o grupo, cuja diretora é Londa Shiebinger, além de difundir eloquentes casos de tecnologias pensadas desde e para um arquétipo masculino, e generalizadas a toda a população com seus consequentes efeitos negativos, propõe recomendações metodológicas para integrar a dimensão de gênero no desenho de novos artefatos; entre outros exemplos, na robótica para a assistência a pessoas idosas de ambos os gêneros (*Gendered Innovations*, n. d.).

2. Uso de TIC por crianças e adolescentes a partir de uma perspectiva de gênero: um novo *framework* de pesquisa

No âmbito internacional, os hiatos digitais de gênero, sobretudo no que diz respeito ao acesso às tecnologias, são destacados pela Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI)¹³ e pelo documento final da CMSI+10¹⁴. Mais recentemente, a Agenda 2030 adotada pelos Países-Membro da ONU¹⁵ (UN, 2015) reconhece as TIC como estratégias para avançar a igualdade de gênero e promover oportunidades de aprendizado, empoderamento e participação. Se não forem superados, os hiatos digitais podem aprofundar ainda mais essas desigualdades, pois reduzirão o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelas TIC por meninas, bem como intensificar os problemas vivenciados *on-line*.

Apesar dos avanços globais em termos de acesso a tecnologias digitais pela população, os hiatos digitais de gênero continuam sendo uma importante questão a ser superada. Em primeiro lugar, hoje, ainda há uma escassez de dados disponíveis sobre o acesso e uso das TIC desagregados por sexo, o que, em segunda instância, dificulta a identificação dessa questão e, conseqüentemente, a elaboração de políticas públicas que tratem dessas desigualdades. Assim, a coleta de dados agregados sem diferenciação de gênero contribui para que muitas realidades permaneçam mascaradas, sem registro e invisíveis, portanto desconsideradas tanto por dados como por políticas (UNCTAD, 2014).

Nesse contexto, o Centro de Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br)¹⁶, departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), com a colaboração da FLACSO-Argentina, elaborou um *framework* para a análise, a partir de uma perspectiva de gênero¹⁷, de questões relacionadas aos usos, às atividades e às experiências vivenciadas na Internet por crianças e adolescentes¹⁸. Especificamente, buscou compreender as práticas ligadas ao acesso de crianças e adolescentes às tecnologias, bem como as atividades realizadas na Internet, os usos específicos e as oportunidades propiciadas por estes, considerando diferentes representações e discursos sobre as especificidades de gênero, além dos modos de autoapresentação e de expressão desses públicos nas redes sociais, e questões de privacidade e violência associadas às desigualdades de gênero.

- **Dimensões de acesso, uso e oportunidades.**

Essas dimensões buscam compreender, a partir da perspectiva de gênero, como ocorre o acesso a dispositivos por esse público, bem como as atividades, oportunidades e benefícios no uso da Internet, incluindo a criação de conteúdo *on-line*, engajamento com comunidades, grupos de discussão ou redes de apoio. Além disso, investigam o papel desempenhado pela família no contexto da realização dessas atividades, sobretudo por pais, mães e responsáveis, bem como irmãos e irmãs.

- **Dimensão de autoapresentação e expressão *on-line***

13 A Declaração de Princípios de Genebra da CMSI, de 2003, afirma que o desenvolvimento das TIC oferece enormes oportunidades para as mulheres, que devem ser parte integrante e atores-chave na Sociedade da Informação. Reconhece-se que, para garantir que a Sociedade da Informação possibilite a emancipação das mulheres e sua plena participação em todas as esferas da sociedade e em todos os processos de tomada de decisão, devem-se integrar a perspectiva da igualdade de gênero e a utilização das TIC como ferramenta para alcançar tal objetivo. Para saber mais, acesse https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernosCGIbr_DocumentosCMSI.pdf.

14 A declaração da CMSI+10, que faz referência aos resultados da CMSI, reafirma o potencial das TIC como ferramenta para promover a igualdade entre homens e mulheres, bem como o empoderamento das mulheres para o acesso e para o uso das TIC. No entanto, reconhece também a existência de um hiato digital de gênero que reforça a exclusão de mulheres e que, portanto, deve ser superado. Nesse cenário, são fundamentais a promoção e a manutenção da igualdade entre homens e mulheres, e o empoderamento das mulheres, a fim de lhes garantir integração na nova sociedade global de TIC. Para saber mais, acesse <https://www.itu.int/net/wsis/documents/HLE.html>

15 Dentro do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, a meta 5.b visa “aumentar o uso de tecnologias de base, em particular das TIC, para promover o empoderamento das mulheres”.

16 Desde 2012, o Cetic.br realiza a pesquisa TIC Kids Online Brasil (NIC.br, n. d.), tendo como base o marco conceitual desenvolvido pela rede European Union Kids Online (LSE, n.d.). Em 2015, esse quadro referencial foi revisado pela rede acadêmica (Livingstone, Mascheroni, & Staksrud, 2015), à luz das lições aprendidas ao longo de uma década de pesquisas quantitativas e qualitativas, considerando as novas demandas por pesquisas nessa área. O modelo revisado apresenta um novo foco de investigação e busca compreender como os usos da Internet por crianças e adolescentes podem afetar aspectos que extrapolam o domínio *on-line*, como seu bem-estar e seus direitos. O *framework* apresentado no presente documento parte das experiências prévias supracitadas e considera as recomendações sobre pesquisa nesse campo de estudo.

17 Trata-se de uma perspectiva que leva em consideração as diferenças de gênero, por considerar o fenômeno em questão, ou seja, as relações com as TIC. Para tanto, essa perspectiva foca particularmente nas diferenças de *status* e de poder relacionadas a gênero. (EIGE, n. d.). No contexto da pesquisa, a perspectiva de gênero é considerada como questão transversal em todo o estudo, tal qual no desenho de roteiros de entrevistas e grupos focais e na análise dos resultados.

18 Agradecemos a importante contribuição da pesquisadora e consultora Monica Barbovschi para a elaboração do estudo.

Essa dimensão visa conhecer o modo de apresentação de crianças e adolescentes nas redes sociais, suas formas de expressão e seus relacionamentos com os estereótipos de gênero. Nesse sentido, busca também compreender as percepções a respeito da conformidade (ou não-conformidade) de identidade de gênero de crianças e adolescentes nas redes.

- **Dimensão de percepções de privacidade**
Essa dimensão busca compreender percepções de privacidade *on-line* e *off-line*, explorando se diferentes agentes de socialização, tais como família, escola, mídia, e pares, promovem ideias sobre limites, consentimento e privacidade e sua divergência de acordo com as especificidades de gênero. Visa entender também se e como essas ideias são replicadas ou desafiadas no que e com quem crianças e adolescentes escolhem compartilhar sobre si nas redes.
- **Dimensão de violência de gênero**
Esta dimensão busca explorar situações e experiências de violência *on-line* que crianças e adolescentes vivenciam ou tomam conhecimento, tais como assédio, discriminação, vazamento de *nudes* sem consentimento, suas relações com especificidades de gênero (ou não), assim como consequências e implicações para meninos e meninas.

Desde a concepção do *framework*, suas definições – tanto de dimensões de investigação como sua abordagem metodológica – contemplaram a possibilidade de que pudesse ser aplicado em diferentes contextos.

Especificamente, o *framework* guiou a realização de um estudo qualitativo em São Paulo (Brasil)¹⁹, conduzido pelo Cetic.br, e outro em Buenos Aires (Argentina), conduzido pela FLACSO-Argentina²⁰, realizados com crianças e adolescentes, mães, pais e responsáveis, e docentes.

3. Crianças, adolescentes e o uso da Internet na cidade de São Paulo: oportunidades, autoapresentação e expressão, privacidade e violência *on-line*

Estima-se que, em nível mundial, uma em cada três pessoas menores de 18 anos estava *on-line* em 2017 – proporção crescente de usuárias e usuários da Internet (Livingstone, Carr, & Byrne, 2016); no Brasil, em 2018, 86% da população de 9 a 17 anos era usuária de Internet, ou seja, 24,34 milhões de crianças e adolescentes (NIC.br, 2019).

Embora as proporções de pessoas usuárias de Internet nessa faixa etária sejam próximas ou até equivalentes, é preciso qualificar esse uso e em quais condições acontece. Por exemplo, no Brasil, enquanto as meninas recebem mais orientações de pais, mães ou responsáveis, os meninos são mais incentivados a aprenderem coisas na Internet sozinhos. Ainda, nesse contexto, 58% das crianças e dos adolescentes do sexo feminino percebem que pais ou responsáveis têm muito conhecimento de suas atividades na Internet, ao passo que essa proporção é de 46% entre o sexo masculino (NIC.br, 2020).

As desigualdades nos usos das TIC, pouco retratadas em estudos quantitativos a partir da perspectiva de gênero, afetam tanto o aproveitamento das oportunidades, quanto a natureza e o grau de riscos. Esta seção apresenta os principais resultados da pesquisa qualitativa conduzida com crianças e adolescentes na cidade de São Paulo, a fim de explorar as desigualdades que emergem do uso das tecnologias digitais por indivíduos do sexo masculino e feminino.

Com o objetivo de analisar o uso das TIC por crianças e adolescentes no Município de São Paulo (SP, Brasil), o Cetic.br realizou 16 grupos focais com meninas e meninos nas faixas etárias 11-12, 13-14 e 15-17 anos, conduzidos entre agosto e setembro de 2016. O trabalho de campo contou ainda com entrevistas em profundidade com mães, pais, responsáveis, professoras e professores de crianças e adolescentes nessas mesmas faixas etárias, e com adolescentes de 15 a 18 anos, com identidade de gênero e/ou sexualidade não normativa. Nesta seção, serão apresentadas as

19 O Cetic.br/NIC.br agradece aos profissionais envolvidos na condução do estudo, em especial ao IBOPE Inteligência Pesquisa e Consultoria Ltda pela gestão da pesquisa em campo e ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) pela contribuição para a análise dos resultados.

20 Embora realizados a partir do mesmo *framework*, as metodologias de cada estudo foram devidamente adaptadas pelas equipes de pesquisa do Brasil e da Argentina para serem adequadamente aplicadas em seus contextos. Este documento não tem intenção de comparar os resultados de cada cidade, mas de apresentá-los individualmente com suas especificidades.

análises dos grupos focais, cada um formado por cinco pessoas do mesmo sexo²¹.

Para a seleção das crianças e dos adolescentes participantes dos grupos focais, foram considerados os seguintes critérios: faixa etária (11 a 12 anos, 13 a 14 anos e 15 a 17 anos); pessoas usuárias de TIC (uso da Internet em qualquer dispositivo, da Internet no celular, e das redes sociais, na semana anterior à pesquisa); classe social (AB1 e C2, segundo classificação da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP)²²; dependência administrativa da escola frequentada (escola pública ou particular); sexo (meninas e meninos); e cor/raça. Em 4 dos 16 grupos focais, utilizou-se a variável cor/raça “preta ou parda”²³ como critério de seleção, compostos exclusivamente por meninas negras e meninos negros, de 15 a 17 anos, classes AB1 e C2, estudantes de escolas públicas e particulares.

3.1. Acesso móvel: o protagonismo do telefone celular

O uso intenso dos dispositivos móveis por crianças e adolescentes para se conectarem à Internet, em particular o celular, reforça a centralidade das tecnologias digitais em suas vidas. Além do crescente acesso móvel, nota-se diminuição no uso de dispositivos compartilhados e aumento do uso de dispositivos pessoais para acesso à Internet (Livingstone et al., 2017), o que tem importantes implicações relativas à medição do uso das tecnologias por crianças e adolescentes.

Como relata um entrevistado, essa tecnologia está tão integrada em sua rotina que ele “já acorda com o celular na mão” (Meninos, 15-17 anos, classe social C2). Nesse contexto de crescente uso das TIC, a convergência digital também se intensifica; o celular, a Internet e as redes sociais são quase indissociáveis nos relatos das crianças e adolescentes. O celular é apontado como o principal meio de acesso à Internet por ser de uso (quase sempre) individual, além de móvel. Por sua vez, o computador – portátil ou de mesa –, geralmente compartilhado com outras pessoas da família, é de uso esporádico e para finalidades específicas: “só quando é para trabalho da escola” (Meninas, 11-12 anos, classe social AB1) ou para *jogar on-line*.

Sabe-se que a ubiquidade da Internet contribui para uma maior gama de oportunidades decorrentes de seu uso (Barbovschi, O’Neill, Velicu, & Mascheroni, 2014). Como a conexão é requisito para seu uso, as meninas e os meninos costumam acessar a Internet não somente em casa, mas também “em todo lugar que tiver Wi-Fi” (Meninos, 11-12 anos, classe social AB1) e “quando tem crédito, na rua” (Meninas, 15-17 anos, classe social C2). Assim, entre os fatores que restringem a conectividade, são citadas a falta de conexão e questões relativas a custo, o que ilustra limitações de infraestrutura e de falta de acessibilidade à rede. Desse modo, ainda que o telefone celular cumpra papel importante na ampliação do acesso à Internet, é preciso lembrar que as desigualdades nas condições de acesso incorrem também em aproveitamento desigual das oportunidades *on-line* pela população jovem.

3.2. Redes sociais em destaque no uso da Internet

Para crianças e adolescentes, “ficar nas redes sociais” constitui uma atividade por si só e, muitas vezes, meninas e meninos realizam grande parte de suas ações nelas ou por meio delas, refletindo a importância das plataformas em suas interações sociais, que incluem ações como produzir ou partilhar conteúdo. Unanimidade entre as crianças e adolescentes que participaram dos grupos focais, as redes sociais são atividades que podem ser consideradas “oportunidades acompanhadas de riscos” (Livingstone, 2008; Livingstone et al., 2017), situada entre os dois extremos: riscos e oportunidades *on-line*. Segundo Livingstone et al. (2017, p. 16), quanto mais oportunidades na Internet, maior também será a exposição a riscos, o que reforça a importância de estudar esse fenômeno.

Nesse contexto, ganham crescente relevância as interações entre crianças e adolescentes que ocorrem nas redes, bem com as características específicas dessas grandes plataformas proprietárias, como modo de funcionamento, suas ferramentas e políticas de privacidade. Para boyd (2008a), a chamada sociedade em rede abrange tanto o espaço construído por meio das tecnologias em rede, como também a comunidade imaginada que surge a partir de interações entre as pessoas, tecnologias e suas práticas. Nesse ambiente transfor-

21 Embora não haja um tamanho ideal de integrantes em um grupo focal, este número pode variar entre 5 e 10 participantes (Morgan & Hoffman, 2017), sendo que grupos menores são mais apropriados quando o objetivo é discutir temas que podem ser sensíveis, como é o caso deste estudo.

22 A classificação é baseada no Critério de Classificação Econômica Brasil, conforme definido pela ABEP. O sistema de classificação considera a posse de alguns itens duráveis de consumo doméstico e o grau de instrução do chefe da família declarado. A posse dos itens estabelece um sistema de pontuação em que a soma para cada domicílio resulta na classificação como classes econômicas A1, A2, B1, B2, C, D e E. Para a análise dos dados deste estudo, essas categorias foram sintetizadas em AB1 e C2.

23 Seguindo o critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

mador de audiências invisíveis, contextos colapsados e fronteiras pouco definidas entre o público e o privado, crianças e adolescentes (boyd, 2008a) demonstram reconhecer as especificidades e dinâmicas das diferentes plataformas usadas. Assim, cada rede social é usada para um propósito diferente, segundo as ferramentas de que dispõem, o público que abrangem e, sobretudo, seu nível de privacidade.

- *No WhatsApp é mais conversa. (Menino 3)*
- *No Facebook é olhar os posts das pessoas. (Menino 5)*
- *Postar foto também. (Menino 2)*
- *Snapchat é mais para tirar foto no dia a dia ou então privado, quando quer tirar uma foto e mandar aquela zoeira para o amigo. (Menino 1)*
- *É, tipo três segundos. (Menino 3) (Meninos, 15-17 anos, classe social AB1)*

Entre as diversas plataformas acessadas por crianças e adolescentes, o YouTube revela grande protagonismo entre eles. Nesse contexto, ainda que esse público tenha a impressão de consumir conteúdos diferentes – canais “para meninas” e “para meninos” – relata seguir principalmente os mesmos canais de *youtubers*, os quais tratam assuntos que abrangem desde política a dicas práticas do cotidiano.

Dessa forma, verifica-se no grupo entrevistado que a enorme quantidade de seguidores desses personagens aliada à sua forte presença no cotidiano de crianças e adolescentes reforça seu potencial de influência entre esse público como na reprodução de padrões de consumo de marcas recomendadas, por exemplo.

3.3. Oportunidades na Internet e seus múltiplos usos

Apesar de crianças e adolescentes não falarem em “oportunidades” na Internet nesses termos, as principais atividades que associam a essa ideia são relativas às esferas de estudo e aprendizagem, da sociabilidade e comunicação e de lazer. A esfera mais incentivada entre as oportunidades *on-line* é de estudo e aprendizagem, que inclui atividades como aprender novas habilidades, por exemplo línguas estrangeiras.

Além disso, vale mencionar que muitas atividades, como assistir vídeos de aulas de música ou artes musicais no YouTube, ou criar e divulgar conteúdos nessa mesma plataforma, podem ter propósitos múltiplos; portanto, propiciam múltiplas oportunidades: são entretenimento, ao mesmo tempo

que funcionam como canais de aprendizagem ou, ainda, como fonte de renda.

A respeito da esfera da comunicação, o fortalecimento de laços com pessoas conhecidas e a construção de novas comunidades são questões-chave no processo de criação de novos relacionamentos, especialmente para as crianças, pois há a possibilidade de encontrarem “comunidades” de pessoas que compartilham os mesmos interesses, sobretudo aqueles que identificam como não amplamente conhecidos ou disseminados. Ademais, muitas vezes, a troca de experiências estimula a socialização, a formação de comunidades e a aquisição de novos conhecimentos.

- *O Twitter eu acesso, porque tem muita conta de artistas, como grupos de K-pop²⁴, eu adoro, e tem grupos lá, que não tem Facebook, por exemplo, e eu acompanho eles por lá. Também tem as hashtags, os moments, e fico sabendo muita coisa por lá, sobre o Brasil, e o mundo, que a tevê nem passa. Também tem as pessoas de lá, e que costumam ter o mesmo gosto que eu, musical, também veem as mesmas séries que eu e tem muitos artistas de série que eu vejo por lá. (Meninas, 13-14 anos, classe social C2)*

Muitas vezes, a criação ou a participação de comunidades ou redes alternativas ou contra-correntes, unidas por algum aspecto de identificação comum, pode ser considerada uma forma de resistência, de reafirmação dos próprios interesses, identidades e necessidades entre crianças e adolescentes (boyd & Marwick, 2011).

3.3.1. Produção de conteúdo na rede e a importância dos vídeos

Em virtude de a Internet possibilitar que crianças e adolescentes participem do processo de produção e de consumo de conteúdos na Internet, eles desenvolvem questões como confiança e competências (Livingstone et al., 2017). No âmbito da criação de conteúdo *on-line*, a produção de vídeos destaca-se como atividade almejada por crianças e adolescentes e estimulada por seus pares, mães e pais.

Ainda que a Internet propicie oportunidades para as pessoas que produzem conteúdo e também para as que o consomem, é minoritária a parcela de crianças e adolescentes que desfruta delas (Livingstone et al., 2017). Diferenças de gênero emergem nesse âmbito: embora não seja atividade exclusivamente realizada por meninos, a produção de vídeos é muito presente entre eles; no caso das meninas, embora manifestem interesse no tema, expressam vergonha, considerando que, para os meninos, é mais fácil realizar esse tipo de atividade: elas os adjetivam como “aparecidos”,

24 K-pop, gênero musical originado na Coreia do Sul, tem ganhado muita adesão entre jovens no Brasil.

“destravados” e corajosos, e acreditam que eles se sentem mais à vontade para se expressarem nas redes sociais, ideia confirmada pelos próprios meninos.

Além da autocensura, que pode privá-las do aproveitamento das oportunidades, diferentemente deles, preocupadas com a possível exposição decorrente da disseminação dos próprios conteúdo, meninas evitam inclusive se identificar como autoras.

Se por um lado a produção de vídeos surge nos relatos dos meninos, a criação de conteúdo em formato de texto – que requer menor exposição de imagem do que no formato de vídeo – é um tipo de conteúdo que se destaca entre as meninas. Nesse sentido, especificamente entre as meninas, houve menção à produção de *fanfics* como meio de expressão criativa.

– Sim, são histórias criadas por pessoas da nossa idade, ou até maiores, que não são reconhecidas profissionalmente; tem site, tipo Spirit, eu leio no Spirit, lá tem bastante, eu mesma já escrevi duas. [...] Elas [pessoas que compartilham fanfics] têm muito talento, e acho que tem pessoas que escrevem demais. Eu assisti um anime que acabou e eu queria que os dois personagens ficassem juntos, mas eles não ficaram e terminaram como amigos. Eu vi a fanfics, e tem muitas fanfics desse casal, eu pensei: não estou sozinha! E, escrevendo, foi uma forma que eu achei de continuar com eles como casal. Não só isso, mas o grupo que eu gosto, tem bastante fanfic, umas mil. (Meninas, 13-14 anos, classe social C2)

3.3.2. Incentivos e restrições por adultos no uso da Internet

De modo geral, quando se fala em atividades *on-line* incentivadas por adultos – mães, pais e/ou responsáveis das crianças e adolescentes –, geralmente estão associadas à esfera do estudo e aprendizagem. Não obstante haja relatos também de incentivos de algumas mães para as filhas criarem vídeos ou canais no YouTube, as meninas relatam vergonha com tal exposição e não manifestam interesse nisso.

No entanto, a maior parte dos relatos destaca a imposição de limites e não os incentivos recebidos por adultos sobre o uso de Internet. As restrições de uso são justificadas pela perda de tempo – que deveria ser dedicado ao estudo – ou também à exposição aos riscos *on-line*. Ao indagar sobre a forma como adultos tratam as meninas e os meninos em relação ao uso da Internet, os meninos percebem que há maior controle e restrição impostos às meninas.

– Eu tenho uma irmã e comigo é tudo mais de boa, mas o meu padrasto, que é pai dela, é bem mais rígido com ela. Às vezes, ele vai no canto olhar o vídeo que ela está vendo. (Meninos, 15-17 anos, classe social AB1)

Cabe problematizar, portanto, quais os possíveis efeitos do maior controle e restrição exercidos sobre meninas por pais e mães, visto que um uso mais limitado dessas tecnologias poderá implicar também oportunidades e aproveitamento desiguais.

3.4. Curadoria da imagem: modos de autoapresentação e expressão *on-line*

A autoapresentação e a expressão *on-line* de crianças e adolescentes são influenciadas pela autoimagem, retratada principalmente pelas próprias fotos publicadas em redes sociais. Num contexto atual em que a imagem é fundamental, meninas e meninos explicam o processo de curadoria de quais conteúdos publicar, pautado tanto pelo que gostam, bem como pelas orientações que recebem.

Embora as redes sociais não determinem a representação de crianças e adolescentes, elas ajudam a moldá-la (Livingstone, 2008); assim, o processo de escolha entre representações mais ou menos complexas de si, considerando redes mais ou menos amplas de amizades, envolve uma decisão entre vantagens e desvantagens, negociando entre as possíveis oportunidades e os possíveis riscos (Livingstone, 2008).

A autoapresentação e a expressão de crianças e adolescentes nas redes sociais passam pelo cuidadoso processo de curadoria de fotos de si. Especificamente, meninas lançam mão de estratégias diversas para ter boas fotos: atentam-se para a luz e o ângulo, e o uso de filtros e/ou efeitos nas fotos é quase uma regra. Como as roupas também importam, evitam repeti-las e aproveitam para se fotografarem quando se arrumam para sair. O minucioso processo de seleção da melhor foto para publicação retrata a forte autocrítica em relação à autoimagem; embora os meninos também relatem tirar muitas fotos, os critérios que incidem sobre as meninas reforçam uma maior cobrança social que recai sobre elas para se enquadrarem em padrões estéticos normativos.

A preocupação de meninas com a própria aparência nas fotos que publicam é notada por meninos, os quais comentam algumas estratégias usadas por elas para que estejam dentro do padrão esperado.

– Tem uma menina na minha sala que o rosto dela é cheio de espinha e aí quando ela tira a foto não tem nenhuma espinha. [...] Tem umas meninas da minha sala que

não tem peito e apertam assim com o braço na foto para mostrar que tem. (Meninos, 13-14 anos, classe social C2)

A preocupação de meninas com sua própria exposição nas redes – tanto com o que estão fazendo ou onde estão, como com o tipo de foto que publicam – compreende também o julgamento de fotos que mostram demais o corpo ou que retratam roupas “vulgares”. Trata-se de um complexo processo de decisão de como elas compõem sua identidade sexual nas redes sociais, ponderando entre se sentirem desejadas, sem serem julgadas por isso (Livingstone & Mason, 2015; boyd, 2008b; Ringrose, 2011). Nesse contexto, assim como são criticadas, depreciam fotos de outras meninas que usam estratégias para que seus corpos estejam em evidência nas redes; tal atitude é ponderada tanto por meninas quanto por meninos de 15 a 17 anos, os quais explicam que, sem esse tipo de atrativo, os meninos não se interessam por elas.

Cabe notar que a representação de si é construída por meio da interação com as outras pessoas, envolvendo um processo de negociação entre oportunidades – para a identidade, a intimidade e a sociabilidade – e riscos – para a privacidade, abusos, desentendimentos (Livingstone, 2008, p. 12).

No que diz respeito à autoapresentação e à expressão *on-line* dos meninos, há os que relatam não gostar de tirar foto ou que publicam fotos de qualquer jeito, foto “zoeira”, e aqueles que declaram ter cuidado com o cabelo, com a roupa e com o local em que se fotografou. Nesse contexto, os critérios para escolha das fotos publicadas perpassam a preocupação sobre como a imagem retrata sua condição socioeconômica: devem vestir roupas de grifes conhecidas e/ou caras e o local não pode estar sujo ou bagunçado. Comentam que aproveitam para tirar fotos quando estão em viagens, o que contribuiria para elevar seu *status*. Além disso, parâmetros como o ângulo que os favorece, o uso de filtros e a edição para que tenham uma boa foto também fazem parte do processo de sua autoapresentação e expressão *on-line*.

A preocupação de meninos para a escolha de suas fotos para as redes está relacionada à qualidade ou à exclusão das que julgam feias; dessa forma, não publicam fotos que possam afetar sua reputação e a de seus amigos, tampouco aquelas em que estão com uma menina que não seja atraente ou em que aparecem desacompanhados.

A gestão da autoimagem nas redes abrange também o monitoramento das fotos de si que são publicadas por terceiros sem que tenham sido aprovadas. Nesse sentido, as meninas e os meninos de todas as faixas etárias relataram incômodo com fotos ou outros conteúdos publicados por fami-

liares em que aparecem ou são marcados²⁵. Para evitar que isso aconteça, limitam a possibilidade de serem marcados pelos familiares, excluem as fotos marcadas ou até bloqueiam ou excluem contatos de suas redes sociais. Assim, usam as configurações de privacidade das redes para controlar o acesso a seus conteúdos, reforçando a conexão entre audiência e contexto nesse tipo de ambiente (boyd, 2008a). Nesse sentido, as crianças e adolescentes vivem sob as tensões entre ter privacidade na rede e fazer publicidade de si, tentando encontrar maneiras de ter agência e controle em ambientes cuja arquitetura das plataformas e posição social dificultam que tenham total controle do fluxo de informações que nela circulam (boyd & Marwick, 2011).

3.4.1. Gestão da reputação segundo as orientações de mães e pais

No âmbito das relações familiares, um ponto importante diz respeito às orientações que crianças e adolescentes recebem sobre o conteúdo que compartilham nas redes. Os meninos são orientados principalmente a não publicar fotos em que aparecem bebendo ou fumando, preocupações relacionadas às implicações para sua reputação, de maneira geral, e especificamente para seu futuro profissional.

– A minha mãe embaça mais por causa de negócio de emprego, porque tem muito serviço hoje em dia que entra na sua rede social para saber quem é você de verdade. A minha mãe fala: “Não fica postando isso, porque a empresa vai entrar e não vai querer te pegar por causa do seu perfil”. (Meninos, 15-17 anos, classe social AB1)

As orientações que as meninas recebem de pais e mães são centradas na gestão de sua reputação – muito relacionadas à sua exposição e à de seu corpo – e refletem também grande preocupação com segurança. Recebem a diretriz de não postarem informações pessoais e de terem cuidado com fotos que publicam, para que não sejam vítimas de edição e montagem de fotos – e não tenham fotografias atribuídas a elas erroneamente. Além disso, meninos relatam principalmente a figura da mãe como mediadora do uso das redes, enquanto meninas contam com mães, pais e irmãos exercendo esse papel.

– Minha mãe tem medo que eu fale [na Internet] com pessoas que não morem perto de mim, ou que ela não conheça pessoalmente; eu não posso fazer um amigo em outro estado, que ela já fala que é pedófilo, é uma pessoa que vai querer lhe matar, quando você sair na rua. (Meninas, 13-14 anos, classe social C2)

25 No âmbito das redes sociais, “marcar” uma pessoa significa vinculá-la a uma publicação, como uma foto ou um texto, criando um *link* para seu perfil na rede social.

Em relação à reputação, são instruídas a “*não tirar fotos sensuais, não mostrar muito corpo, não conversar com gente que não conhece, não aceitar.*” (Meninas, 15-17 anos, classe social C2), e a não enviar fotos de si pois poderiam “ficar mal vistas”. Esse maior controle da reputação e da expressão sexual que incide principalmente entre meninas é condizente com a literatura nesse campo de estudo, que indica que as desigualdades de gênero estruturais reforçam esse tipo de atitude e naturalizam esse comportamento (Marwick, 2017).

A vigilância também recai sobre conteúdos já publicados: obrigam meninas a excluírem ou mudarem tais conteúdos; por exemplo: meninas sentem-se obrigadas a mudar fotos publicadas, caso seus pais não gostem – ou porque está muito bonita (assim chamaria muita atenção) ou porque está em desacordo com os padrões de gênero, ou seja, não estaria agindo como “menina”. Além disso, a repercussão, o julgamento e o tratamento diferente que incidem sobre o tipo de foto publicada nas redes sociais são notados por meninas e meninos, embora reconheçam que tal distinção no julgamento está mudando.

– *Meu pai fala bastante da minha foto de perfil do WhatsApp, não tem nada demais, mas ele fala. [...] Fala que a foto está muito feia; às vezes, eu coloco efeito de bigodinho, ele já reclama: “Virou homem pra ficar colocando bigode nas fotos?”. Aí eu tenho que mudar de foto, se não ele fica falando e eu não gosto. (Meninas, 15-17 anos, classe social AB1)*

Assim, a gestão de reputação para uma audiência invisível (ou imaginada), realizada nas redes sociais, torna-se ainda mais complexa quando se evidenciam as diferenças do que é aceitável socialmente para um grupo dominante, mas considerado menos aceitável para outros, ao se observarem, por exemplo, marcadores de gênero, raça e classe (Pitcan, 2018).

3.5. Perspectivas sobre privacidade na Internet

A forma como crianças e adolescentes compreendem e fazem gestão de sua privacidade no ambiente *on-line* é caracterizada por dinâmicas próprias que ultrapassam a decisão binária entre publicar ou não publicar conteúdo na Internet. Essa escolha passa por um processo de curadoria e de gestão ativa do *que* e de *onde* publicar cada conteúdo, considerando as plataformas e suas audiências.

A privacidade é definida por meninas e meninos como “*pessoal*”, “*só seu*”, “*coisas que você conta para o seu melhor amigo*” (Meninos, 11-12 anos, classe social C2), ou seja, compartilhamento com outra pessoa de maneira controlada, e estaria relacionada a algo que somente elas ou eles têm

acesso e/ou que, a partir de seu consentimento, outras pessoas podem acessar.

Em relação a essa ideia, crianças e adolescentes definem privacidade por sua ausência ou pelo que entendem que não seria privacidade, remetendo à sua dimensão espacial (boyd & Marwick, 2011) pela invasão do espaço físico – “*alguém não entrar no seu espaço pessoal*” (Meninas 5, 11-12 anos, classe social AB1) – e, segundo os meninos, somente existiria privacidade no banheiro.

A materialização da falta de privacidade é também associada à verificação de seus celulares por parte de mães, pais e/ou responsáveis e de suas interações nas redes sociais – com vigilância sobre as conversas e os conteúdos publicados. Nesse sentido, ter privacidade implicaria não ter que passar por esse tipo de situação.

– *Poder fazer as coisas sem a minha mãe ficar enchendo o saco. Eu estar mexendo no Face e ela falar – “me dá a sua senha porque eu quero mexer no seu celular”. Tem mãe que obriga e tem filho que dá. (Meninos, 15-17 anos, classe social AB1)*

Esse tipo de manifestação sobre a intromissão dos responsáveis não indica que há algo a ser escondido, mas revela o desejo de meninas e meninos terem maior controle sobre a situação social que vivem (boyd, 2008a), além de evidenciar a questão sobre limites e consentimento no âmbito da privacidade.

3.5.1. Privacidade *on-line* e *off-line*

O entendimento sobre a privacidade é moldado por possibilidades e interações oferecidas pela Internet e pelas redes sociais; dessa forma, seria equivocado pensar que crianças e adolescentes não se preocupam com a própria privacidade (Livingstone, 2008). Assim, meninas e meninos comentam que há questões relativas à privacidade que são particulares ao contexto das novas tecnologias; a primeira delas seria relacionada ao controle sobre o conteúdo nas redes: por um lado, as meninas mais novas (11-12 anos) entendem que a privacidade é maior com a tecnologia, visto que permitiria o controle *do que* se compartilha e *com quem*; por outro lado, as meninas mais velhas (13-14 e 15-17 anos) entendem que, com as TIC, há menos privacidade, já que as pessoas se expõem mais: por publicar sobre o que está se fazendo a todo momento ou porque, nas redes sociais, há a sensação de mais liberdade para falar o que quiser do que pessoalmente. Comentam também que haveria menos privacidade na Internet devido à falta de controle de quem pode ter acesso a conteúdos (como fotos, posts e conversas privadas), os quais podem ser compartilhados por terceiros diretamente ou por capturas de tela (*prints*) – riscos que provocam nas meninas um cuidado ao publicarem certos conteúdos. Dessa forma, a privacidade não se resume a uma compreensão binária de acesso

ou não acesso, mas sobre como as informações de si circulam (boyd & Marwick, 2011).

– *Acho que as pessoas não têm tanta coragem de falar ao vivo, todo mundo cresce na Internet. Às vezes, você pode ter uma página com perfil seu com nome falso, e todos falam o que querem, mas nem todo mundo é assim ao vivo. (Menina 1)*

– *A pessoas se sentem libertas a fazerem o que quiserem na Internet. (Menina 3)*
(Meninas, 15-17 anos, classe social AB1)

A ideia de privacidade em rede (*networked privacy*), que aponta a comunicação na era digital como pública por natureza (boyd & Marwick, 2011; Livingstone, Stoilova, & Nandagiri, 2019), também é notada nas percepções de crianças e adolescentes. Os meninos entendem que há menor privacidade nas redes sociais devido à natureza – afinal, “se vai postar, é para todos verem” –, e também ao desenho da plataforma em si, que permite o acesso a muitas informações pessoais.

– *Eu acho [que], no momento que está fazendo nas redes sociais, não é mais privacidade, mas depende, tem até alguns App que tem mais, só que, mesmo assim, não é 100% privacidade. [...] É difícil ter privacidade hoje. (Meninos, 15-17 anos, classe social AB1)*

Outra questão sobre a privacidade no contexto das novas tecnologias está relacionada à vigilância por parte das grandes plataformas. Meninas e meninos entendem que, a partir do momento em que publicam ou enviam um conteúdo ou uma imagem por alguma das redes sociais, este poderia ser acessado por partes terceiras sem seu conhecimento e consentimento – entre as possibilidades de acesso não consentido, meninas e meninos de diferentes faixas etárias citam a possibilidade de obtenção das conversas por parte de policiais, da justiça ou inclusive venda de suas informações.

– *Vigiam também a gente na Internet. Qualquer coisa que postamos, também vigiam. Quem fez o Facebook, o WhatsApp, eles ficam vigiando. Quando postam nude, essas coisas, o Facebook está cortando. (Meninos, 11-12 anos, classe social AB1)*

– *O Snap fala que [a foto] fica 24 horas, mas a gente não sabe. (Meninas, 15-17 anos, classe social AB1)*

Meninas e meninos também abordam a desconfiança e/ou desconhecimento do funcionamento das plataformas. Sobre estas, cabe distinguir a desconfiança em relação aos estímulos das próprias redes sociais para seu uso e também a desconfiança e/ou desconhecimento com o que de fato acontece, como publicações cuja temporalidade é pré-determinada.

3.5.2. Gestão das redes sociais

Meninos e meninas lançam mão de um conjunto de artifícios para fazerem a gestão de sua privacidade nas redes sociais, dada a relevância do tema; para tanto, administram uma série de aspectos, incluindo marcações, solicitações de amizades e conteúdos publicados, e também a plataforma escolhida para cada finalidade e a relação com a família nessas redes. Dessa maneira, a gestão da privacidade ultrapassa a permissão ou a negação de acesso a uma informação, em virtude de se relacionar à capacidade de controlar como esta circula, quem tem acesso a ela e em qual contexto (Vickery, 2014, p. 5). Logo, o uso das diferentes plataformas por crianças e adolescentes passa por uma gestão do equilíbrio entre os riscos à privacidade e as oportunidades envolvidas nesse processo (Livingstone, Stoilova, & Nandagiri, 2019).

A gestão desse equilíbrio também considera as características de cada plataforma, as ferramentas disponíveis e a audiência; assim, nota-se que meninas e meninos escolhem quais conteúdos publicar em cada rede social de acordo com sua percepção sobre as configurações de privacidade. Além do receio de exposição, há preocupação, principalmente por parte das meninas, sobre a possibilidade de qualquer pessoa – inclusive, “caras mais velhos” e de outros países – potencialmente ter acesso a seus conteúdos na rede; por isso, muitas optam por configurar suas contas para que somente suas amizades possam ver suas publicações.

– *Teve gente de outro país que eu não sabia quem era, e ver minhas fotos por aí, e eu preferi fechar, só para meus amigos, e eu não aceito mais pessoas estranhas. (Meninas, 13-14 anos, classe social AB1)*

Para os meninos, o grau de privacidade não está necessariamente atrelado às configurações escolhidas por eles, mas à “natureza” da plataforma: enquanto certas redes servem para compartilhar conteúdos com “todo mundo”, outras são usadas para estabelecer diálogos com pessoas específicas – nas quais somente as pessoas envolvidas podem ver os conteúdos compartilhados; contudo, isso não necessariamente evitaria o acesso de outras pessoas a tais conteúdos.

– *É fofoca né? Se você mandar no Facebook, os outros saem espalhando, mas se você mandar no WhatsApp, é mais discreto. (Menino 4)*

– *No Facebook, a pessoa pode compartilhar e um vai compartilhar do outro aí já vai estar na boca de todo mundo. (Menino 2)*
(Meninos, 15-17 anos, classe social AB)

Assim, a privacidade de crianças está relacionada à gestão de informações e de relações, com um papel ativo por parte delas sobre o que decidem compartilhar e com quem, principalmente

em relação a algum tipo de controle por parte de mães, pais ou responsáveis (Stoilova, Livingstone, & Nandagiri, 2019). A preocupação com a privacidade é percebida por meninas e meninos como uma questão mais significativa para elas, reforçada pela postura mais restritiva de mães e pais nesse quesito – além de sentirem que têm menos liberdade que eles, as meninas também ouvem isso diretamente de seus responsáveis. O cuidado com a segurança *on-line* com os meninos, por sua vez, está voltado para a verificação de suas ações *on-line*, a fim de conferir que não estejam se envolvendo em “coisas erradas”; o ato de conversar com meninas, por exemplo, não é citado como um motivo de repreensão. Para elas, o cuidado com a segurança *on-line* guarda íntima relação com a preocupação em relação à sua segurança física, as quais relatam o receio que mães e pais têm de acontecer algo ruim com elas, acarretando a vigilância de seus celulares e de suas redes sociais, muitas vezes sem o próprio consentimento das meninas.

– *Meu pai pega meu celular sempre, e um dia eu peguei ele lendo minhas conversas, e eu fiquei muito brava, porque se ele me perguntar o que acontece, eu vou falar. Ele tira da minha mão, nem deixa bloquear. (Meninas, 13-14 anos, classe social AB1)*

– *A minha mãe é de boa. Ela fala: “deixa eu olhar para ver se você não está se envolvendo com os bagulho errado”. Mas se ela vê que eu estou conversando com menina, ela nem se intromete. Ela fica mais assim porque tem muito cara que gosta de usar drogas e levar você para usar junto. (Meninos, 15-17 anos, classe social AB1)*

No mais, por acharem que estão mais suscetíveis a serem vítimas de violência – ideia reforçada por pais e mães –, as meninas dizem tomar mais cuidado com sua privacidade do que os meninos, o que justificaria também uma maior vigilância do que fazem em seus celulares e nas redes sociais. Isso também é notado pelos meninos, citando que os responsáveis exercem maior controle e são mais restritivos com as meninas, no que se refere a suas conversas e amizades.

– *O meu pai falou que deixava o meu irmão mais livre, mas que eu vou sempre ser a menininha dele, que ele vai sempre tomar mais cuidado comigo do que com o meu irmão. Que tem bem mais perigo de acontecer alguma coisa comigo que com meu irmão. (Meninas, 11-12 anos, classe social AB1)*

– *Eu acho que com as meninas é pior, porque os pais devem pegar muito mais o celular pra ver. Se a minha mãe pega o meu celular para ver e acha uma foto ou alguma coisa tudo bem, sou moleque, né, moleque é assim mesmo, né, ela vai entender, mas se é a minha irmã, aí já era.*

Em relação à privacidade, eu acho que é pior, porque o pai vê que a menina está com o celular na mão e quer ver o que ela está fazendo. (Meninos, 15-17 anos, classe social AB1)

O modo como pais e mães expressam seus medos e suas preocupações pode afetar o comportamento de crianças e adolescentes e o uso que fazem das tecnologias, bem como o discurso público e a formulação de políticas sobre o tema. Geralmente, o medo dos adultos os leva a abordagens mais restritivas do uso de tecnologias, atitude cuja eficácia não se conhece bem (boyd & Hargittai, 2013).

3.6 Violência *on-line*: vazamento de *nudes* e as implicações para meninas

Crianças e adolescentes relatam uma série de situações problemáticas na Internet, incluindo violência *on-line*, que abrangem casos variados como *bullying*, assédio, racismo e compartilhamento não-consentido de imagens íntimas (ou vazamento de *nudes*). Apesar da diversidade de situações relatadas, muitas vezes relacionadas entre si, nesta publicação será focado o vazamento de *nudes*, dada a prevalência e a intensidade dos relatos dessa ação em todos os grupos focais realizados.

O vazamento de *nudes* consiste na exposição ou na divulgação de conteúdos íntimos e/ou sexuais sem autorização ou consentimento da pessoa exposta, cujas principais ocorrências são entre meninas ou mulheres, com intuito difamatório (Lins, 2016). Segundo os relatos de crianças e adolescentes, o envio de *nudes* requer confiança na pessoa destinatária, o que pode ser entendido como demonstração de interesse e, por vezes, também de exclusividade; em contextos de relações afetivas, as meninas sentem-se pressionadas a enviar imagens íntimas aos meninos de maneira a atender essa expectativa.

Embora possa ser um símbolo de confiança, de acordo com meninas e meninos, é inevitável e esperada a exposição ou vazamento da foto que, por vezes, é incitada por motivo específico – como “vingança pode ser, [por] algo que ficou guardado” (Meninos, 15-17 anos, classe social C2) ou término de um relacionamento.

– *Aí você gosta de verdade da menina e tipo assim, “ah, você gosta de mim? Estou te pedindo um negócio, então você não gosta de mim, você não tá mandando!”; entra no psicológico dela, ela acaba mandando. (Meninos, 15-17 anos, classe social C2)*

– *A mulher sabe o que vai acontecer, toda vez que mandar uma foto, sabe que vai acontecer, pode mandar para seu namora-*

do ou para a pessoa que mais ama, a foto vai vaziar. (Menina 1)

– Uma menina da minha escola também, ele estava namorando com um menino, ela mandou fotos para ele, e quando terminou o relacionamento, ele espalhou as fotos dela, colocou no Facebook. (Menina 3) **(Meninas, 15-17 anos, classe social C2)**

Os vazamentos de *nudes* são descritos como uma sequência de eventos em que uma pessoa vai enviando a imagem à outra: essa foto “vai arrastando” e rapidamente o conteúdo ganha exposição mais ampla nas redes sociais. Dessa forma, explicar o vazamento é “*simples [...] fulano posta em algum lugar que tenha muita gente, em um lugar que tenha muitas visualizações, e essa foto vira viral, porque essas pessoas vão compartilhando, compartilhando, e todo mundo vê*” (Meninas, 11-12 anos, classe social C2).

Ainda que a prática dos *nudes* ocorra entre meninos e meninas, relatos de vazamento são muito mais comuns quando se trata de fotos de meninas; embora crianças e adolescentes não tenham clareza dos motivos para tanto, meninos mais velhos esboçam a possibilidade de que “*homem é mais cauteloso quando vai mandar*” (Meninos, 15-17 anos, classe social AB1) ou, por terem menos a mostrar, seria mais difícil identificá-los. Além disso, como presente nas próprias falas, conseguir fotos de meninas é uma forma que meninos têm para ganhar respeito entre seus pares (Ringrose et al., 2012).

– E também a pessoa que recebeu quer mostrar pros outros que é superior, que ela conseguiu. (Menino 1)

– Ah, consegui uma foto dela pelada, beleza! Fica entre você e ela, o que acontece a dois não se comenta a três! É o que eu acho. (Menino 2)

– Também acho que é isso, se sentir superior aos outros. (Menino 3) **(Meninos, 15-17 anos, classe social C2)**

Ringrose et al. (2012) apontam que as imagens com cunho sexual têm funcionado como uma moeda de troca na relação, com meninas sendo pressionadas a enviarem esse tipo de foto, a fim de atenderem às expectativas deles. As autoras explicam que a noção profundamente arraigada de que corpos de meninas e mulheres sejam, de alguma forma, propriedade de meninos e homens é um dos principais indícios de sexismo na vida de jovens (Ringrose et al., 2012). Assim, a posse de um *nude* de uma menina implica numa relação desigual de poder, visto que a divulgação não-consentida desse material pode trazer graves consequências a ela.

– A minha ex-namorada me mandou várias, mas a gente terminou brigado e eu não tive coragem de postar, porque mes-

mo a gente terminando, eu ainda sentia ciúmes dela e pensava: isso ela mandou pra mim, então porque eu vou compartilhar com os caras para eles ficarem vendo a minha mina? **(Meninos, 15 a 17 anos, classe social AB)**

– Eu poderia pegar a foto dela e postar no Face mas não, eu excluí. **(Meninos, 15-17 anos, classe social C2)**

Além do vazamento de *nudes* que ocorre entre pessoas próximas, meninas também podem estar sujeitas à disseminação, por terceiros, de imagens íntimas obtidas por meio de registro fotográfico sem autorização, pela invasão do celular e/ou por meio de ameaças. Elas também podem ser expostas a situações de disseminação ou exposição de imagens com intuito difamatório; em alguns casos, relatam a edição ou alteração do conteúdo antes da divulgação da imagem.

3.6.1. Responsabilização e juízos

Os vazamentos de *nudes* são geralmente acompanhados da responsabilização das meninas que tiveram foto divulgada nas redes e não dos meninos responsáveis pela disseminação desse conteúdo sem consentimento. Assim, nos grupos entrevistados, o julgamento moral incide sobre a menina que opta por registrar e compartilhar sua foto com outro alguém, enquanto pouco se comentou sobre a disseminação não-consentida. A culpabilização da mulher em situações como essas é reveladora das assimetrias relativas aos códigos sociais de conduta, atrelados, nesse caso, a questões de gênero, corpo e sexualidade.

De acordo com Ringrose et al. (2012), desde os anos 1970, pesquisas realizadas em escolas indicam que meninas e meninos são julgados de maneira muito distinta quando o tema está ligado à sexualidade. De acordo com as autoras, enquanto meninas são comumente rotuladas como promíscuas por suas atitudes, esse tipo de julgamento não incide sobre meninos; num contexto em que há “um peso e duas medidas” para tratar de temas ligados à sexualidade, ao mesmo tempo em que meninas se autovigiam para proteger a própria reputação, são constantemente pressionadas a compartilhar fotos sensuais para que sejam desejáveis (Ringrose et al., 2012).

– [A responsabilidade] Não cai tanto para o menino que publicou, e sim para menina. Eles não tão nem aí com ela, ela fez porque ela quis. (Menina 1)

– O menino sai como vítima, “eu recebi, a culpa é dela”. (Menina 2)

– O menino ainda se gaba, mostrando o vídeo para outros meninos, falando que olha a menina que estou pegando. (Menina 3) **(Meninas, 15-17 anos, classe social C2)**

A atribuição do vazamento de *nudes* à decisão das meninas de tirarem ou compartilharem suas fotos – portanto, elas deveriam se privar disso – trata-se de uma abordagem que reflete convenções de gênero e sexualidade, associando o desejo e comportamento sexual masculino à predação, e os freios, à precaução e ao controle das meninas, reproduzindo a culpabilização e o julgamento moral de mulheres que vivenciam esse tipo de situação (Lins, 2016). Meninas têm os *nudes* vazados e são tratadas de forma depreciativa por meninas e meninos, ao passo que o mesmo não acontece com eles (Ringrose et al., 2012); nessas situações, elas são julgadas e culpabilizadas, enquanto que, para eles, as fotos podem reforçar a figura do “garanhão” – sendo os comentários sobre seus atributos físicos o maior ponto de preocupação entre os meninos.

– *Ele [que teve seu nude vazado] até ficou normal, falou assim, “pelo menos eu tive atitude de fazer isso, tem menino que não faz porque não se garante!”. Ele se achou o garanhão. (Meninos, 15-17 anos, classe social C2)*

3.6.2. Implicações para a vida de quem tem fotos vazadas

A forma como meninas e meninos são julgados de maneira muito distinta quando o tema está ligado à sexualidade reverbera nas implicações que o vazamento de *nudes* traz para suas vidas (Ringrose et al., 2012). Nesse sentido, como a repercussão desse tipo de vazamento é muito expressiva para as meninas, a reputação negativa pode se estender também a seus grupos de convivência.

– *Eu não ia aceitar, mas não ia deixar de ser amiga dela. Não é porque tem um saco padre, que você tem que ser um saco por ele também, você é diferente do seu amigo. (Meninas, 15-17 anos, classe social C2)*

Segundo Ringrose et al. (2012), meninas toleram violências físicas, verbais e digitais, beirando uma atitude fatalista; enquanto isso, as atitudes dos meninos não mudam, já que “eles são assim”. Tais violências contra meninas repercutem em seus cotidianos, excluindo-as de seus espaços de convívio e sociabilidade, resultando na mudança de escola, bairro, cidade ou país, como relatado pelas crianças e pelos adolescentes entrevistados. Além das implicações na sociabilidade e no cotidiano das meninas, o vazamento de *nudes* – e todo o julgamento dele resultante – pode acarretar consequências graves, como depressão (mencionados por meninos e meninas de todos os grupos) e tentativas de suicídio de meninas (Lins, 2016) (citados apenas nos grupos de pessoas que estudam em escolas públicas).

– *Já aconteceu na minha escola, uma menina curtia muito um menino, o moleque foi lá e pediu um nude pra ela, ela foi e*

fez logo um vídeo e ele soltou na escola inteira. A menina ficou um bom tempo, ela fugiu até de casa. Fugiu de casa, ficou um tempo sem ir pra escola e depois de uns 2 meses, ela voltou. (Meninos, 15-17 anos, classe social C2)

3.6.3. Redes de proteção e orientação

Embora o tema de vazamento de *nudes* esteja presente no cotidiano de crianças e adolescentes, dada a prevalência das experiências comentadas nos grupos focais, não há clareza sobre o que deve ser feito caso isso ocorra. Além da dúvida sobre como agir num primeiro momento, foram notáveis os comentários de reprovação, forte culpabilização, repreensão, xingamentos e violência direcionados à pessoa que teve suas fotos íntimas expostas publicamente de forma indevida. Excepcionalmente, em grupos focais realizados com meninas de 15 a 17 anos, as ações sobre vazamentos de *nudes* eram direcionadas também aos meninos que disseminam tal conteúdo sem o consentimento da menina, além de culpar as próprias meninas que tiveram suas fotos expostas.

Entre os canais sugeridos para buscar apoio no caso de vazamentos de *nudes* estão familiares e psicólogos, além do acolhimento de seus pares e amigos; no entanto, o medo de retaliação aparece como uma possível barreira para que recorram a mães e/ou pais. Dessa forma, a dupla vitimização de meninas – por pares e por responsáveis – silencia seus relatos e suas denúncias pelo medo de serem ainda mais culpabilizadas ou punidas (Ringrose et al., 2013).

– *Minha amiga mandou um nude para um menino que ela gostava, e ele não estava nem aí para ela. Aí ele mandou para todas as amigas dela, e espalharam por toda a escola. Até os pais ficaram sabendo, tiraram o celular dela. (Meninas, 13-14 anos, classe social C2)*

Além de buscar apoio na rede de pessoas mais próximas, colocam a possibilidade das vias institucionais, acionando a escola, a polícia e/ou a justiça para lidar com a situação do vazamento. Os processos de judicialização ou de acionamento da polícia foram retratados de maneira bastante expressiva como consequência de experiências problemáticas.

– *Teve uma vez que os professores tiveram que falar, apesar de não falarem e mexerem muito com esse assunto, porque uma menina do 7º ano mandou um nude para um menino do 3º ano e ele vazou para a escola inteira. Aí, por causa disso, tiveram que conversar sobre isso de fotos em rede social. (Meninos, 15-17 anos, classe social AB1)*

– *Vazou também da minha colega. O namorado imprimiu as fotos dela e colocou*

no poste da rua, foi horrível, deu caso de polícia também. (Meninas, 13-14 anos, classe social C2)

A presente seção apresentou uma análise das experiências de usos da Internet entre crianças e adolescentes na cidade de São Paulo. Foram analisados o acesso, principalmente pela telefonia móvel, onde há protagonismo do telefone celular; a prevalência das redes sociais e suas implicações; as diferentes oportunidades advindas da Internet e seus múltiplos usos; os modos de autoapresentação e expressão *on-line* de meninas e meninos, para os quais a curadoria da imagem adquire uma importância notória; as perspectivas sobre privacidade na Internet; e o vazamento de *nudes* e suas consequências para as meninas como principal destaque das situações de violência *on-line*.

Na próxima seção, são apresentados os dados referentes aos acessos, os usos e as incidências das TIC e o uso das redes sociais por crianças e adolescentes no contexto de Buenos Aires, relatados também a partir de uma perspectiva de gênero.

4. Crianças e adolescentes em Buenos Aires: uma análise sobre os acessos, os usos e as incidências das TIC e as redes sociais, a partir de uma perspectiva de igualdade de gênero

4.1. As TIC na Argentina: políticas públicas e o lugar privilegiado da Cidade Autônoma de Buenos Aires

A presença das TIC nos domicílios argentinos tem aumentado ao longo dos últimos anos, alcançando inclusive aqueles de menor nível socioeconômico, segundo evidências de diversos levantamentos e estatísticas oficiais (INDEC, 2013; SInCA, 2014; INDEC, 2015; INDEC, 2017). Nesse contexto, destaca-se o papel de diferentes programas de políticas públicas de inclusão digital, tais como o Programa Conectar Igualdad (PCI)²⁶ (MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE LA NACIÓN, 2012), que abrange todas as escolas argentinas de Ensino Médio com dependência administrativa pública, e outras iniciativas distritais (como o Plan S@rmiento, 2011)²⁷, da Cidade Autônoma de Buenos Aires), que compreendem Escolas Primárias desses distritos.

Segundo a Encuesta Nacional sobre Acceso y Uso de Tecnologías de la Información (ENTIC) (pesquisa nacional sobre acesso e uso de tecnologias da informação), realizada pelo Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC), no final de 2011, 52,8% dos domicílios na Argentina tinham pelo menos um computador (INDEC, 2013), proporção superior a 2010, cuja pesquisa registrou 46,9% (INDEC, 2012b), por ocasião do Censo Nacional, realizado antes da política de inclusão digital para distribuição de *netbooks* entre a população beneficiária dos programas PCI e Plan S@rmiento. Além disso, de acordo com a ENTIC, a presença de computadores em domicílios com adolescentes em idade escolar é marcadamente superior à média nacional – 64,1% contra 52,8% – e maior ainda em relação àqueles sem moradores entre 12 e 17 anos: 49,1% (INDEC, 2012a, pp. 7-8).

Por sua vez, o relatório do Barómetro de la Deuda Social de la Infancia²⁸, elaborado pela Universidad Católica Argentina (UCA), registra um declínio acentuado no déficit de acesso a computado-

26 O Programa Conectar Igualdad consiste em um modelo 1 a 1 de incorporação de TIC à educação, que forneceu, entre os anos 2010 e 2015, mais de 5 milhões de *netbooks* a todos os estudantes e docentes de Escolas Secundárias públicas na Argentina. A partir da mudança de governo em 2015, o programa está virtualmente paralisado.

27 O Plan S@rmiento começou a ser implementado durante o ano de 2011 em Buenos Aires, abrangendo escolas de gestão estatal e gestão social da cidade. Desde seu início, foram entregues 270.004 *netbooks* a alunos/as e 21.709 *notebooks* a docentes.

28 O Barómetro de la Deuda Social Argentina, realizado pela Universidad Católica Argentina (ODSI, 2013), busca identificar, estudar, monitorar e avaliar a dinâmica e os alcances da dívida social – considerada como o déficit nas capacidades de desenvolvimento humano e a integração social da população. Desde 2004, são realizados relatórios anuais.

res nos domicílios argentinos nos anos posteriores ao lançamento do PCI: de 2010 a 2012, passou de 53% a 39,3% (ODSI, 2013, p. 93). Mais especificamente, a avaliação realizada pelo próprio Ministério de Educação da Argentina declara que, no primeiro ano de implementação da política, o *netbook* foi o primeiro computador no domicílio para 29% dos estudantes beneficiários do PCI (MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE LA NACIÓN, 2012). Por outro lado, segundo a própria ENTIC, o acesso à Internet no domicílio mostra ainda um significativo hiato social: apenas 43,8% dos domicílios urbanos do país acessam a Internet, ao passo que 56,2% não possuem conexão de nenhum tipo, sendo o principal motivo de ordem econômico (56,10%).

Também existem importantes hiatos digitais em torno dos usos, o chamado hiato digital de segunda ordem: 42% da população urbana nacional não utiliza o computador e 45,3% não acessam a Internet (INDEC, 2012a). No entanto, a cidade de Buenos Aires, especificamente, apresenta indicadores mais altos de acesso à Internet, tanto domiciliar quanto via celular, em relação à média nacional. Todos os dados oficiais bem como os de consultorias privadas indicam que Buenos Aires é o distrito com maiores níveis de acesso às TIC.

Embora existam muitos estudos sobre as condições de acesso e usos das TIC para crianças e adolescentes em Buenos Aires, ainda é necessário aprofundar o conhecimento sobre como são construídas as práticas e as representações em torno dessas tecnologias, observadas sob uma perspectiva de gênero. Nesse contexto, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO-Argentina) utilizou o mesmo arcabouço teórico-metodológico desenvolvido e aplicado em São Paulo pelo Cetic.br, adaptando-o ao contexto local da cidade de Buenos Aires. A implementação metodológica – detalhada a seguir – foi efetuada com recortes e escolhas específicas que atendessem às demandas particulares nacionais.

4.2. Um estudo qualitativo sobre o uso das TIC em Buenos Aires: abordagem metodológica

A pesquisa teve como objetivo geral analisar os usos das TIC por meninas e meninos de 10 a 14 anos, a partir de uma perspectiva de igualdade de gênero, bem como obter informações sobre a construção de suas identidades nos ambientes escolares, sociais e tecnológicos (especialmente nas redes sociais).

A estratégia metodológica para abordar essas dimensões foi qualitativa, por meio de técnicas de coleta de dados apropriadas para a investigação do tema. Logo, foram realizadas entrevistas em grupos focais compostos por crianças e adolescentes, além de entrevistas em profundidade com docentes, pais e mães. O trabalho de campo em Buenos Aires foi conduzido durante os meses de agosto e setembro de 2016.

Foram formados 8 grupos focais com crianças e adolescentes de duas faixas etárias: de 10 a 12 e de 13 e 14 anos, compostos por alunos e alunas de três escolas da cidade de Buenos Aires: um estabelecimento privado que possui Ensino Primário e Secundário, uma escola pública de Ensino Primário e uma escola pública de Ensino Secundário. A escolha de escolas públicas e privadas possibilitou o acesso dos pesquisadores e das pesquisadoras a crianças de diferentes níveis socioeconômicos. Cada grupo foi constituído exclusivamente por meninas ou por meninos, e as entrevistas foram conduzidas por pessoas do mesmo sexo do grupo – isto é, uma moderadora entrevistou meninas, enquanto um moderador entrevistou os meninos. Ademais, realizaram-se 16 entrevistas individuais em profundidade com pais e mães de crianças com mesma idade dos grupos pesquisados²⁹ e 8 entrevistas com docentes das escolas mencionadas. Nesta seção, serão abordadas somente as análises relativas aos grupos focais com crianças e adolescentes.

A partir da análise dos dados coletados, apresentam-se a seguir os resultados mais significativos das dimensões da pesquisa.

4.3. Acessos e usos das TIC por meninas e meninos

Em relação ao uso de dispositivos TIC por meninos e meninas, não há diferenças significativas entre as que frequentam escolas privadas e aquelas matriculadas em escolas públicas. Verifica-se que todas as crianças entrevistadas passam a usar um *smartphone* quando ingressam na Escola Secundária ou ao terem alguma independência nos deslocamentos (e os pais e as mães desejam se comunicar com elas).

– Era da minha mãe, mas há mil anos. Depois me deram esse e depois me comprariam outro, mas me deram porque tipo, eu ia para os jogos de hockey então para ligar para a van, ou se acontecia alguma coisa assim, só para que ligasse ou mandasse mensagem para virem me buscar em alguns lugares. (Menina, 11-12 anos, Escola Primária privada)

29 É importante notar que os pais e mães entrevistados não têm nenhum vínculo com as crianças ou com os adolescentes entrevistados nos grupos.

Além disso, relatam ter um computador no domicílio (*desktop* ou *netbook*³⁰) que não usam com tanta frequência para acessar a Internet. Algumas crianças têm também consoles de videogames com os quais se conectam à Internet para jogar *on-line*, característica mais associada aos meninos de escola pública e privada. Em contrapartida, as meninas de escola privada – Primária e Secundária – contam com dispositivos do tipo iPod como primeira opção para se conectar à Internet, antes do acesso via *smartphone*.

Ademais, todas as crianças que possuem um telefone celular inteligente fazem uso intensivo da conexão à Internet e das redes sociais, porém é limitado, principalmente: pela proibição de o utilizarem no interior dos estabelecimentos escolares; pelos pacotes de dados limitados que, juntamente do receio de usar seu *smartphone* na rua por motivos de segurança, limitam seu uso a locais fechados, com conexão Wi-Fi; pelo controle parental sobre o tempo de uso do telefone celular; e pela autopercepção do tempo “excessivo” de uso da Internet.

– Eu sim antes era como que passava o tempo todo e como que comecei a perceber que perdia a relação com minha família e amigos ao não sair nunca, e eu mesma comecei a me controlar um pouco... (Menina, 13-14 anos, Escola Secundária pública)

Por último, ainda que o uso de Internet como fonte de consulta para tarefas escolares seja generalizado nas Escolas Primárias e Secundárias, públicas e privadas, e incentivado pelos próprios docentes, em geral as crianças não são motivadas a usar a Internet em sala de aula, mas em suas casas.

No que diz respeito às plataformas de redes sociais, as mais usadas são WhatsApp e Instagram. A primeira é usada para finalidades diversas e é generalizada entre as crianças que possuem *smartphone*, utilizada de maneira similar entre as meninas e os meninos de escolas públicas e privadas. O uso de Instagram é mais comum entre as crianças que possuem um dispositivo com acesso à Internet, por ser, conforme as entrevistas, a mais “inofensiva” e “segura” e, em muitos casos, a primeira na qual pais e mães autorizam a criar um perfil pessoal. Embora a maioria das crianças mencione ter uma conta no Facebook, elas apontam um uso muito limitado dessa rede social; aquelas que não a utilizam afirmam ser por questões de segurança e, como apontado adiante, essa situação associa-se mais às meninas do que aos meninos.

O uso do Snapchat, a mais nova de todas as plataformas, é variado e mais intenso por parte das meninas e das adolescentes das Escolas Secundárias. Essa rede social é utilizada principalmente para se comunicar individualmente ou em grupo. O fato de as publicações serem efêmeras permite que nessa rede trafeguem conteúdos mais pessoais, sem que os pais e as mães tenham um controle rigoroso sobre o que nela ocorre, o que a torna atraente para as crianças.

Por fim, todas as crianças e adolescentes declaram-se usuários ativos do YouTube, porém muito poucos são produtores de conteúdo dessa rede. Observam-se diferenças na percepção de gênero no que acreditam que o sexo oposto consome nessa rede; embora não seja algo exclusivo do YouTube, nessa plataforma essas distinções são mais percebidas pelas crianças: tanto na percepção de meninas quanto de meninos, seus consumos culturais no YouTube são totalmente diferentes. No entanto, ao investigar em profundidade os conteúdos acessados, verifica-se que muitos são semelhantes, especialmente no que diz respeito aos chamados *youtubers*.

4.4. Consumo de TIC: oportunidades e riscos percebidos no mundo digital

A seguir serão abordados os consumos de TIC, recuperando as oportunidades, os riscos e os desconfortos associados a cada uma das práticas segundo a perspectiva das pessoas investigadas. Embora sejam tratados de forma separada, a divisão riscos e oportunidades é meramente analítica, já que são elementos co-constitutivos e indivisíveis e não simplesmente “faces separadas de uma mesma moeda”.

4.4.1. Oportunidades, riscos e desconfortos: entre as responsabilidades e o uso excessivo

Apesar de as crianças e os adolescentes não apontarem oportunidades que a Internet oferece, não significa que não encontrem nela nenhuma utilidade. Em geral, as oportunidades identificadas estão relacionadas com atividades de estudo; contudo, dentro desse panorama, as TIC estão mais presentes na comunicação fora do espaço e do contexto escolar. São poucas as ocasiões de seu uso durante a aula, pois depende da iniciativa de cada professor.

– Há vezes que [o professor] te deixa. Claro, isso. Ou seja, há vezes que também é necessário buscar informação, ou pala-

30 As crianças que frequentam escolas públicas, conforme mencionado, contam com *netbooks* fornecidos por dois programas educativos governamentais: Plan S@rmiento e Conectar Igualdad, os quais permitem aos estudantes bem como a suas famílias, contar com um computador no domicílio (pode até haver mais do que um, dependendo do número de crianças em idade escolar que morem no domicílio). Apesar de o acesso a Internet não estar garantido por esses planos, outras pesquisas (Martínez, 2015; Larghi, 2016) mostram que a chegada do *netbook* tem incentivado a conexão à Internet por parte das famílias argentinas.

bras, ou algo disso, e dizem “bom, use o telefone por 5 minutos”. Quando temos que fazer apresentações de Geografia, por exemplo, te deixa usar o computador e o telefone para buscar o que precisar. (Meninos, 13-14 anos, Escola Secundária privada)

Por outro lado, as tecnologias tornam-se muito relevantes para acessar e compartilhar informação, e colaborar na hora de fazer a lição de casa. Por isso, os grupos de WhatsApp são de grande importância para as meninas e os meninos.

– Às vezes, vai que, não sei, você esquece, nos dão lição de casa tipo para saber do quê... viu a prova para praticar e tarefas, e por exemplo não sei, eu me esqueço de uma lição de casa e peço num grupo, tipo passam todas as tarefas, às vezes já feitas e às vezes não. (Meninas, 11-12 anos, Escola Primária privada)

Ao levantar quais seriam, na opinião das crianças e adolescentes entrevistados, os principais problemas relacionados ao uso das TIC, observa-se a percepção de que esse uso compete com a atenção e o tempo dedicado a outras atividades. Neste sentido, surge com força uma categoria nativa de adolescentes para enunciar essa problemática: “vício”.

– Eu tive algumas regras em algum momento porque ia me deitar muito tarde por usar o celular ou porque não o largava, viu, já como um vício. Então às vezes minha mãe ficava brava e me dizia: “não, larga o celular. Se não pode largá-lo sozinho, o tiro eu”. (Meninos, 13-14 anos, Escola Secundária privada)

É interessante notar que a questão do “vício” tenha deixado de ser uma experiência exclusiva de meninos “fãs” de videogames de computadores e/ou de consoles para aparecer também nos relatos de meninas e meninos em torno do telefone celular. Essa questão é registrada com maior intensidade nos relatos das meninas.

– Até certo ponto, porque você pode usar o celular, mas se controla porque tem uma hora para dormir, para fazer as coisas da sua casa, a tarefa escolar ou algo assim... eu não fazia nada, deixava tudo para última hora e continuava lá. Não sei, cheguei a dormir às 6h por estar com o celular assistindo séries. (Meninas, 13-14 anos, Escola Secundária pública)

Para compreender essa experiência, é necessário conhecer os fatores que operam restringendo esse tipo de práticas experimentadas como “viciantes”. Assim, observa-se como meninas e meninos se sentem entrelaçados numa rede de pressões em que se percebem compelidos a estarem atentos ao celular e às redes sociais. Entre os fatores de pressão, há o próprio grupo de pares; os

pais e as mães, que lhes exigem o envio de mensagens ao chegarem ou saírem da escola ou de outras instituições; e as próprias funções do desenho de dispositivos e de plataformas. O aplicativo de mensagens WhatsApp oferece um claro exemplo, visto que condensa uma série de restrições morais por parte de amigos e de familiares que, com suas práticas, demandam uma conexão contínua. Nesse sentido, aparece a saturação frente à sobreinformação e à recarga de comunicação. Ao mesmo tempo, as funções técnicas do aplicativo reforçam esse constrangimento: “os outros podem saber se vi a mensagem e não respondi”, “enviei algo importante, o viram, não me responderam nada e fico ali esperando”, “só visualizaram, nem me responderam” são frases recorrentes entre as meninas e os meninos entrevistados.

– Eu uso o WhatsApp simplesmente para me comunicar. O uso para poucas coisas. Às vezes, meus colegas, por exemplo há um grupo que de repente vou ao banheiro, passam cinco minutos, abro e tem 800 mensagens, literalmente. É insuportável. Não dá pra ler desse jeito. Você pensa que dizem algo importante, mas depois dizem: like Instagram ou RT, RT, RT. Que é Retweet. Like é de Instagram: “curte” as fotos de Instagram, e RT para não, porque tem preguiça de escrever de novo “like Insta” que colocam RT para citar, é um idem. (Meninos, 11-12 anos, Escola Primária privada)

No aplicativo WhatsApp, verifica-se haver uma pressão para estar conectado e interagir não apenas nesse meio, mas também em outros (como o Instagram) utilizando para tal a linguagem de outras plataformas (por exemplo, o Twitter). Desta forma, cria-se um ecossistema de multiconexão, em que os textos e os códigos cruzam as fronteiras de um aplicativo ou de uma plataforma específica para circular por meio de outros, referindo-se e referenciando-se mutuamente, e resultando na sensação relatada por crianças e adolescentes de deverem estar permanentemente conectados. Essa demanda, que assume a forma de um mandato, não é vivida de maneira neutra por crianças e adolescentes, mas com certo desconforto, por fugir de seu controle.

4.4.2. Criação e curadoria de conteúdo na Internet

A experiência das meninas e meninos entrevistados mostra que o processo de criação e de curadoria de conteúdo é canalizado principalmente – e quase exclusivamente – por meio das redes sociais. Imagens captadas com o telefone celular e compartilhadas em Instagram, algum texto postado no Twitter expressando sentimentos ou reflexões e vídeos publicados de forma fugaz por meio do Snapchat configuram os principais conteúdos produzidos e circulados por crianças e adolescentes na Internet, os quais são editados e curados.

Portanto, não é uma criação de conteúdo irreflexiva, devido a implicar um processo de curadoria por parte de meninos e de meninas.

Embora não seja uma tendência majoritária, em cada entrevista em grupo, algum menino ou menina manifestou ter um canal próprio de YouTube ou alguma plataforma similar.

4.4.3. Famosos e famososinhos: seguindo celebridades na Internet

Em todas as entrevistas em grupo, notou-se que as meninas e os meninos “seguem” determinados “famosos” por meio das redes sociais. A novidade deste fenômeno é porque a maioria desses personagens não se tornou famosa na mídia tradicional, mas na Internet. Assim, nas histórias coletadas, surgem nomes de *youtubers* e *instagramers* que ganham adesão das crianças e adolescentes. As temáticas que mais interessam são vídeos de piadas, câmeras escondidas, shows de *stand-up* e tutoriais de jogos e maquiagem.

Observa-se que o fanatismo é bastante dinâmico. As celebridades massificam-se, acumulam-se e caem no esquecimento, enquanto as estratégias usadas pelos jovens para segui-las mudam ao longo do tempo. Resulta interessante como a informação e o conhecimento desses personagens circulam por meio das próprias redes sociais e do “boca a boca” de seus seguidores:

– *É que também você está vendo um vídeo de um youtuber que gosta e está jogando com outro, aí você se interessa com o outro e começa a assistir [os vídeos dele]. (Menino 2)*

– *Você está procurando sobre um tema, não, você está assistindo um vídeo sobre algum tema em especial e aparecem recomendações de outros, aí talvez você vá para aquele vídeo, entre no canal e começa a gostar desses vídeos. (Menino 3)*
(Meninos, 11-12 anos, Escola Primária pública)

Finalmente, ao indagar sobre a existência de diferenças no que diz respeito ao conteúdo consumido, o dado mais importante está nas crenças dos meninos em relação ao que as meninas assistem e vice-versa. Assim, a ideia generalizada é a de que os meninos, em geral, jogam e “seguem *gamers*”, ao passo que as meninas que realizam essas mesmas práticas o fazem sem revelar seus nomes. Da mesma forma, porém inversamente, acontece com relação aos tutoriais de maquiagem e beleza: enquanto há uma crença de que, em geral, elas assistem a esses vídeos, de vez em quando aponta-se para algum menino em particular que também o faz.

4.5. Autoapresentação *on-line*: imagens desejáveis e indesejáveis nas redes sociais

As redes sociais constituem um canal de expressão fundamental na vida de crianças e de adolescentes. Portanto, a apresentação de si mesmos nesse tipo de mídia social é um tema que implica em uma ação reflexiva por parte de meninas e de meninos.

Como apresentado, entre as meninas e os meninos entrevistados se observa uma marcada tendência ao uso de plataformas, como Instagram e – em menor medida – Snapchat, nas quais a gestão das imagens torna-se central. Assim, a foto de perfil é um tema de especial importância a todas as pessoas entrevistadas, com algumas diferenças relevantes no que refere ao gênero e à dependência administrativa da escola que frequentam. Entre as razões possíveis para essa escolha, destacam-se: reconhecer amizades, transmitir um certo estado de espírito, retratar alguns tipos de momentos, divulgar uma imagem com a qual se identificam, entre outros.

– *Eu tento buscar uma foto na qual pareço contente, primeiro. Nunca vou subir uma foto em que esteja desanimado. Uma foto em que pareça bem talvez, não sei, sempre a imagem está em primeiro lugar, né?*
(Meninos, 13-14 anos, Escola Secundária privada)

– *Você pode pôr uma [foto] com alguém ou pode pôr, tipo, se gosta da foto em que saiu, não sei, faz uma viagem, não sei, você tira uma foto com um fundo lindo.*
(Meninas, 11-12 anos, Escola Primária privada)

Como observado por Bourdieu (1988), o que é digno de ser retratado e mostrado relaciona-se à posição social dos sujeitos, ao pertencimento geracional e ao gênero. Um caso especialmente interessante para a análise foi dado na entrevista em grupo com crianças de Escola Primária privada.

Moderador – Quando é que uma foto está boa, que pode publicar-se?

– *Quando estou no avião ou algo assim, com a janela atrás. (Menino 1)*

– *Ou em outro país, ou quando vou sair para algum lugar. (Menino 2)*

Moderador – Então o que vale a pena retratar ou tirar fotos...

– *É que você tem uma vida melhor que todos. (Menino 3)*

– *É tipo muito, muito bom, como que acha que tem uma vida muito boa. (Menino 2)*
(Meninos, 13-14 anos, Escola Secundária privada)

A citação reflete algo emergido particularmente nos relatos dos meninos de escola privada, isto é, a busca por destacar o status social mediante fotos publicadas nas redes sociais, inclusive entre os mais novos. As meninas – principalmente de escolas privadas –, por outro lado, são pressionadas e compelidas a mostrar seus corpos bonitos de acordo com cânones de beleza heteronormativos.

– *Eu publico no Instagram as fotos em que não saio mal.*

Moderadora – O que é sair mal?

– *Uma foto zuada.*

Moderadora – O que é uma foto zuada?

– *Mostrar seu rosto.*

Moderadora – Você não subiria uma foto do seu rosto?

– *Sim, se eu saio linda sim.*

Moderadora – E como avaliam se saem lindas ou feias?

– *Mas se, por exemplo, para mim eu saí linda, e para outros feia, bom, eu estou subindo ela para mim. (Menina, 11-12 anos, Escola Primária privada)*

Por outro lado, o estudo apontou certas diferenças em relação às meninas e aos meninos de escolas públicas, para os quais o valor a ser destacado com a seleção das fotos de perfil parece ser a autenticidade, o mostrar-se “do jeito que a pessoa é”. Isto não significa que as crianças e adolescentes dessas classes sociais não gastem tempo produzindo suas fotos, mas por meio da produção dessas imagens buscam transmitir outros significados.

– *Eu não sou dessa cultura de tirar fotos próprias, primeiro não gosto, e segundo sempre saio mal nas fotos, então nem tiro. (Menina 1)*

Moderadora – Existe uma boa foto de perfil? Como a escolhem?

– *Não, eu coloco, aliás, nunca mudo a foto, sempre uso a do ano passado. (Menina 1)*

– *Eu tenho somente uma foto minha e é a única foto que tirei, estou eu e minha gata, mas na foto sai apenas metade do meu rosto, então melhor. (Menina 2) (Meninas, 11-12 anos, Escola Primária pública)*

Moderador – E quais fotos são boas para vocês?

– *As que surgem de você porque, não sei, não digo que sejam feias nem nada disso, mas digo que para mim é melhor coisas desenhadas, paisagens, fotos de algum desenho, por exemplo eu sempre ponho fotos de memes, porque são com os quais me sinto identificado. (Menino 1)*

Moderador – Vocês concordam que as melhores fotos não são as de si mesmo, mas outras?

– *Não, para mim qualquer coisa pode ser linda, não sei, você tira uma foto de sua casa e é linda. (Menino 2) (Meninos, 11-12 anos, Escola Primária pública)*

Em relação às diferenças de gênero, algumas meninas consideram os meninos cuidadosos e preocupados com sua imagem, o que não era comum anos atrás. Apesar de, ao aprofundarem a análise, os meninos reconhecerem também cuidar de sua imagem pessoal e o modo como mostram seus corpos nas redes sociais, em suas representações, de maneira quase unânime, consideram as meninas atentas demais com sua imagem, o que se reflete na quantidade de fotos que tiram e postam nas redes sociais:

– *Agora estão mais interessados pelo seu corpo, porque, por exemplo: meu irmão, quando estava na primária, não se importava com a roupa e tal, e agora está... ele se veste igual a todo mundo, o cabelo pra cima. Tipo, não sei. Se importam mais. (Menina, 13-14 anos, Escola Secundária privada)*

– *Para mim, o que as meninas usam é WhatsApp, Instagram, Snapchat, Twitter ou Facebook. (Menino 1)*

Moderador – Por que você acha que usam somente isso?

– *Porque sempre que olho, sempre estão se fazendo tipo “ai!”, todas assim se achando... acham que são modelos. (Menino 1)*

– *Sobem fotos em que estão tipo modelos, e se acham muito. (Menino 2) (Meninos, 11-12 anos, Escola Primária privada)*

Do ponto de vista dos meninos, as meninas são usuárias mais ativas de Instagram e de Snapchat e seu uso está mais associado à estética do que no caso dos meninos; segundo eles, também estão mais atentas à quantidade de *likes* (curtidas) que recebem em cada publicação. Isso é mais acentuado nas meninas de Escolas Secundárias do que nas de nível inicial, e de escolas privadas em detrimento das públicas.

– *Eu acho que as meninas muitas vezes gostam... Por exemplo, em Snapchat, tudo é instantâneo. É como se as fotos que você manda fossem o que está fazendo nesse momento. Eu acho que muitas vezes, eu, por exemplo, quando encontro com amigos para lanchar, jogar futebol ou o que for, nem mandamos fotos ou mandamos uma com quem estamos. Nada mais. Nos divertimos e nos divertimos no momento, e fica lá. Já as meninas é como se gostassem que tudo o que está lhes acontecendo*

no momento, tudo com que se divertem, passe para o Snapchat. (Menino, 13-14 anos, Escola Secundária privada)

Indagou-se sobre a importância de contar com a aprovação ou não dos pares, por meio dos likes e os comentários, e as opiniões são diversas:

– *Não é de meu interesse que os demais gostem da foto que eu subo. Ou seja, eu subo o que eu gosto, ou seja, não pelos likes ou as reproduções. Ou seja, se não tem muitos likes, a deixo mesmo assim, não me importo. (Meninas, 13-14 anos, Escola Secundária privada)*

– *Eu também, o que acontece é que vejo a foto de uma menina... Vejo o perfil de uma, né? Uma menina assim, vestida normalmente, não sei, 200 likes. Uma foto com biquíni na praia, 2500 [likes]. Ou seja, se vai dar like numa também dá like na outra (Risos). É tipo meio ilógico. Mas bom, acontece... (Menino, 13-14 anos, Escola Secundária privada)*

No entanto, nos grupos estudados, tanto meninas quanto meninos – independentemente de sua classe social ou idade – consideram vergonhoso subir uma foto insinuante ou com pouca roupa nas redes sociais. Essa rejeição emergiu com mais força ao lhes perguntar qual seria a foto que nunca compartilhariam.

– *Eu nunca subiria uma foto, tipo, como fazem algumas meninas que tiram fotos com roupa íntima e eu acho nojento. [...] Porque, não sei, não sei explicar isso porque há muita gente que vê e depois compartilha e já é lido por um monte de gente ou eles guardam. (Menina, 11-12 anos, Escola Primária pública)*

– *Mostrando o corpo. (Menina 1)*

– *Eu acho que não tem que mostrar, sei lá, seu corpo, para que as pessoas digam algo. (Menina 2) (Meninas, 13-14 anos, Escola Secundária pública)*

4.6. Privacidade e redes sociais

Tanto meninas quanto meninos, independentemente da idade, escolhem, de forma reflexiva, com quem interagir nas redes sociais. Essa preferência é refletida tanto na configuração da privacidade de suas contas, na seleção que eles fazem para adicionar e/ou aceitar contatos, e no cuidado com as informações que publicam sobre si mesmos.

Em primeiro lugar, há uma tendência geral entre meninas e meninos para configurar a privacidade de suas contas pessoais nas redes sociais. Assim, quase todos os entrevistados indicaram que suas

contas estão configuradas de modo a controlar suas publicações, a fim de não serem acessíveis a qualquer pessoa.

Em segundo lugar, meninas e meninos desenvolvem diferentes estratégias para adicionar contatos e aceitar seguidores no Instagram, Facebook, Twitter e WhatsApp, entre outras plataformas.

– *Eu primeiro, às vezes, quando aparece uma solicitação [de contato] e não o conheço ou não sei bem o nome, pergunto aos outros se o conhecem. Porque... não sei, não vou adicioná-lo só porque sim. Eu prefiro perguntar aos demais se conhecem a pessoa. (Menina, 11-12 anos, Escola Primária pública)*

Em terceiro lugar, é generalizada – entre meninos e meninas – a ideia de que dados pessoais, tais como domicílio, escola que frequentam e outros detalhes pessoais, não devem ser compartilhados nas redes sociais. Isto não significa que não o façam, mas há um claro consenso de que pode ser perigoso.

Moderadora – Você diz que as conversas na escola são sobre isso?

– *Sim, o tempo todo vêm e falam desse tema. [...] Professores, ou mandam um vídeo à escola. (Meninas, 11-12 anos, Escola Primária pública)*

A maioria relata que seus pais e mães pediram as senhas de seus telefones celulares e perfis das redes sociais, com o objetivo de controlarem o que postam, com quem conversam e que tipo de informação acessam.

É interessante notar que, nos relatos, os entrevistados percebem diferenças de gênero em torno dos riscos: tanto para eles quanto para elas, as meninas são as mais vulneráveis nas redes sociais, motivo pelo qual deveriam ser mais cuidadosas.

– *Porque às vezes as meninas quando já são adolescentes, algumas, começam a adicionar pessoas que não conhecem, para ficarem tipo conhecidas nas redes sociais, e acabam falando com alguém. Os meninos não, apenas aceitam seus amigos e só... (Meninas, 11-12 anos, Escola Primária pública)*

De acordo com a perspectiva das crianças e adolescentes, existe um grande consenso sobre a existência de perigos em torno do uso da Internet. Invasão (*hacking*) de contas, sequestro virtual, enganação, pedofilia, tráfico de pessoas: em todas as entrevistas em grupo, foi mencionado, tanto por meninos quanto por meninas, algum desses problemas como possíveis riscos que correm na Internet. Ambos consideram que as meninas estão mais expostas a tais perigos do que seus pares meninos. Quando perguntados sobre a influência dos riscos mencionados, a maioria tende a sintetizá-los em problemas de assédio, pedofilia, abuso

infantil e tráfico de pessoas. Nesse sentido, existe uma visão de que elas realmente correm mais riscos.

Moderador – Acham que as meninas e os meninos correm os mesmos perigos na Internet?

– Sim, as meninas um pouco mais, porque eu não acho que uma menina vá estuprar a um menino mais do que qualquer coisa, mas o contrário... Que um cara que pode ser mais doido que a moça, o faça com a moça. (Menino 1)

– Mas há mulheres que podem ter... (Menino 2)

– Estou te dizendo que os caras são mais loucos e podem dar um soco. (Menino 1)
(Meninos, 11-12 anos, Escola Primária privada)

Um dos maiores medos expressos pelas crianças e adolescentes, independentemente do gênero, diz respeito à falsificação de perfis nas redes sociais para entrar em contato com menores de idade. Em todas as entrevistas, esse tipo de engano foi mencionado como uma das situações mais perigosas que podem ocorrer na Internet. Especificamente, várias entrevistadas mencionaram ter passado por alguma situação em que um estranho tentou contatá-las por meio das redes sociais para fins sexuais.

– Isso aconteceu comigo no WhatsApp, você viu que te adicionam assim do nada, me disseram ‘Oi bombom’ e depois uma foto de suas partes íntimas e nada, o bloqueei. (Menina, 13-14 anos, Escola Secundária pública)

Nesse sentido, tanto meninas quanto meninos apontam o gênero feminino como mais exposto a tais situações problemáticas. Em alguns casos, acredita-se explicitamente ser resultado da discriminação de gênero contra elas, como continuidade à discriminação existente em outras áreas da vida.

– Às vezes veem a foto de uma menina, sei lá, em roupa íntima, e dizem “ai! olha”. Ou palavrões ou coisas assim... e se veem um menino sem camiseta ou de cueca dizem “que cara legal!” (Menina, 13-14 anos, Escola Secundária pública)

4.7. Violência na Internet e nas redes sociais: cyberbullying, discriminação e situações problemáticas on-line

A violência *on-line*, especificamente nas redes sociais, canaliza-se principalmente sob a forma de mensagens, com ofensas nos grupos do WhatsApp. Além disso, embora tanto meninas

quanto meninos tenham vivenciado ou conhecido alguma situação de discriminação nas redes sociais, ambos reconhecem algumas nuances entre os “grupos” formados por meninas e os formados por meninos.

Moderador – As meninas e os meninos participam dos mesmos grupos de WhatsApp?

Todos – Sim.

– Não, péra, há alguns grupos... (Menino 1)

– Há grupos de meninos e há grupos de toda a sala junta. E no grupo de meninos, para mim, às vezes falamos mal... Por exemplo, “essa menina é feia” ou “tem espinhas”. (Menino 2)

– No grupo de meninos passam pornografia. (Menino 3)

– E no das meninas não sei... (Menino 2)

– Claro, no que estão as meninas não acontece nada. (Menino 3)

– Somos mais agressivos. (Menino 2)

– É tudo “like Insta” ou por exemplo “o que você está fazendo agora?”. (Menino 3)

Moderador – Mandam coisas não apropriadas para a escola?

– Sim. Um vídeo fazendo... (Menino 2)

– Um só? (risos). (Menino 3)
(Meninos, 11-12 anos, Escola Primária privada)

Numa escola, surgiu um caso de *cyberbullying* com uma menina “*gamer*”; além de chateá-la, levou também à autocensura, visto que ela não mais publicou vídeos de jogos no YouTube após essa situação. Ademais, nesse caso, o assédio não se limitou às redes sociais, mas se estendeu para outras instâncias, tais como uma festa de aniversário.

– Eu não subo vídeos no YouTube porque há haters que, se você é muito nova ou tem menos de 18, te tratam tipo “o que você faz aqui fazendo vídeos, você é muito nova, você é tonta, não sabe fazer nada” e eles nem sequer têm um vídeo. (Menina 1)

Moderadora – Você sobe vídeos no YouTube?

– Sim, bom, nem tanto... Não, se [os meninos] me enchem o saco aqui, não quero nem imaginar lá... (Menina 2)

Moderadora – Mas por que enchem o saco?

– Comentam coisas tipo “você errou nisso no minuto blablablá”. (Menina 2)

Moderadora – Mas me conta, como é um vídeo seu? O que você faz?

– Subo, não sei, jogos... teve uma vez que erreí ao subir um. [...] estava jogando um jogo, mas como não sabia muito do tema, fiz o vídeo, mas não sabia como subi-lo a partir do aplicativo que tinha usado. [...] E não sabia como usar pra mandar, então o gravei e o subi, então tipo apareceu o negócio de que coloquei efeitos, então pensavam que os copiava... Me incomodou sei lá por quê... Parece porque, como no vídeo aparece embaixo que tinha colocado coisas, parece que não fui eu que joguei, tipo... (Menina 1) **(Meninas, 11-12 anos, Escola Primária pública)**

Como observado, as formas de criar, compartilhar e publicar conteúdo na Internet estão atravessadas por estereótipos de gênero, aparentando não ser socialmente permitido que uma mulher seja “gamer” e tente demonstrar suas habilidades por meio de um vídeo no YouTube.

Outra questão vivenciada como problemática pelos entrevistados gira em torno da circulação, sem permissão, de materiais com conotações sexuais. Neste ponto, é interessante destacar algumas diferenças de gênero. Tanto meninas quanto meninos concordam que os homens são mais propensos a compartilhar esse tipo de material.

Moderadora – Agora esse tipo de vídeos [com conotação sexual], meninos e meninas os mandam igualmente, ou é mais de meninos?

– Não, é mais de meninos. (Menina 1)

Moderadora – E vocês imaginam que alguma menina da sala poderia fazer algo disso? Mandar alguma coisa dessas?

Várias – Não, não.

Moderadora: Por que não?

– Porque não somos assim. (Menina 2) **(Meninas, 11-12 anos, Escola Primária pública)**

Algo semelhante acontece com a circulação de fotos sem permissão, tornando-se motivo de brigas ou de raiva entre os sujeitos entrevistados. Os chamados “escraches” consistem em tirar fotos em situações consideradas “inapropriadas” (com o rosto em movimento, bebendo álcool, comendo etc.) e depois fazê-las circular pelas redes sociais, provocando zombarias.

4.7.1. Consequências, responsabilidades e intervenções frente às experiências problemáticas on-line

Em casos de discriminação ou *cyberbullying*, as consequências mais diretas afetam a autoestima das vítimas. Além da autocensura, no caso de outras formas de discriminação, como as relativas às condições físicas, as consequências geraram depressão e até culpabilização daqueles que as sofrem.

– Me senti mal, ou seja, minha mãe se preocupou muito, me mandaram para o psicólogo porque pensaram que eu era a que estava errada... mas quem tinham me causado isso eram pessoas que estavam pior do que eu, que precisam ficar assediando a uma pessoa quando sei lá, eles se sentem pior e precisam descontar com outra pessoa que veem mal ou indefesa. **(Menina, 13-14 anos, Escola Secundária pública)**

Nos casos de assédio por parte de estranhos, as meninas, principalmente, pedem ajuda a seus pais. No entanto, quando imagens sexuais são compartilhadas ou discussões são geradas na Internet, a intrusão de pais e adultos nem sempre é bem-vinda pelas crianças e adolescentes.

– Tinham me enviado, não sei o quê: “me dê todos seus dados ou vou te hackear”. Eu fui correndo contar a meus pais que tipo, como chama isso, que reportaram essa conta, que a denunciaram. **(Menina, 11-12 anos, Escola Primária privada)**

– Eu estava com um amigo, e esse amigo tinha outro amigo que o colocou no Instagram, no chat [do Instagram], então esse moço começou me xingar, então eu o segui [no Instagram]. Depois veio meu amigo [...] me falou: “vou subir a [foto da] sua mãe”. Ele subiu [a foto] e depois minha mãe queria me matar e queria o telefone do menino, mas eu disse “não, não aconteceu nada”. **(Menino, 11-12 anos, Escola Primária privada)**

Além disso, pais, mães e instituições escolares percebem desconfortos, riscos e experiências traumáticas no uso das redes sociais por parte de filhos e alunos. Diante disso, os adultos implementam um conjunto de intervenções com o objetivo de conscientizar as crianças sobre esses perigos. Em todas as escolas onde as entrevistas foram realizadas, a instituição já havia realizado algum tipo de atividade relacionada ao “uso responsável da Internet e das redes sociais”. Assim, muitos entrevistados mencionaram como exemplos de casos traumáticos aqueles que tinham visto em vídeos ou que tinham tomado conhecimento por meio de palestras organizadas nas escolas.

5. Considerações finais

No contexto da crescente presença das tecnologias e especificamente da Internet na vida de crianças e adolescentes, é de suma importância caracterizar esses usos e compreender o papel que desempenham no cotidiano desse público. Neste estudo, enfocamos no acesso e uso das TIC e da Internet, nas oportunidades que elas podem significar, assim como nas decisões para a autoapresentação e expressão, para a privacidade, e nas situações de violência que vivenciam, presenciam ou tomam conhecimento. Analisar as questões que surgem a partir do acesso e do uso das TIC por crianças e adolescentes utilizando-se de uma abordagem qualitativa, tendo como base uma perspectiva de gênero, é de extrema relevância para a elaboração de políticas públicas inclusivas que abordem as implicações, muitas vezes desiguais, das tecnologias para meninos e meninas.

As diferentes formas de acesso à Internet é assunto fundamental para compreender esse contexto. Os usos dos dispositivos digitais e da Internet estão carregados de sentido e são objeto de reflexão por parte das próprias crianças e adolescentes. A Internet e as redes sociais servem de espaço para a expressão de crianças e adolescentes; ao escolherem entre representações mais ou menos complexas de si, considerando a amplitude de sua rede de amizades, meninas e meninos negociam entre oportunidades e riscos possíveis (Livingstone, 2008). Contudo, esse processo de negociação – por consequência, de expressão, especialmente entre meninas – é moldado também pelas pressões sociais e pelos julgamentos morais de pares e de adultos. A diferença no julgamento que recai sobre meninas e meninos está refletida também nas orientações e atitudes mais restritiva de adultos sobre as atividades das meninas, o que pode impactar também seu aproveitamento de oportunidades.

A privacidade de meninas e meninos nas redes é caracterizada por dinâmicas próprias que ultrapassam a decisão entre publicar ou não certos conteúdos, passando por um processo de curadoria e gestão ativa para preservar sua reputação. Assim, crianças e adolescentes desenvolvem técnicas próprias para garantirem sua privacidade, considerando a arquitetura e as dinâmicas sociais que permeiam suas redes (Marwick & boyd, 2014). Nesse contexto, evidencia-se a circulação de representações sociais reprodutoras de estereótipos de gênero de longa data, em que o aceitável para meninas difere daquilo razoável para os meninos. No mesmo sentido, há percepção de que as meninas enfrentam mais riscos na rede, o que muitas vezes leva à restrição de suas atividades. No entanto, ao se refletir sobre as responsabilização, há tendência a culpabilizar as vítimas, no geral mulheres, e especificamente as meninas e as adolescentes, fato evidenciado no contexto dos vazamentos de *nudes*, por exemplo, prevalentes nos grupos focais de São Paulo, nos quais as meninas são fortemente prejudicadas: seja no julgamento que incide sobre elas, nas ampla repercussão desses eventos ou nas graves consequências a quem tem suas fotos vazada sem consentimento.

Esse tipo de situação reforça a relevância de se conduzirem estudos e pesquisas que retratem contextos como esses, a partir da perspectiva de gênero, e que possam ampliar o diálogo entre as partes interessadas sobre temas tão presentes no cotidiano de crianças e adolescentes.

6. Recomendações para políticas públicas

Considerando o relevante papel das tecnologias e da Internet na vida de crianças e adolescentes, e sua interface com as dinâmicas de gênero, esta publicação propõe algumas recomendações gerais para a formulação de políticas públicas:

- Fomentar a condução de pesquisas com o objetivo de compreender acesso, uso e apropriação das tecnologias digitais por crianças e adolescentes a partir de uma perspectiva de gênero. É fundamental que as especificidades sociodemográficas e culturais relevantes a cada contexto de pesquisa, como classe e raça, sejam contempladas. Além disso, é preciso considerar que o rápido desenvolvimento das tecnologias digitais pode impulsionar transformações nas dinâmicas de seus usos.
- Dar especial atenção às lacunas de dados estatísticos no âmbito temático (como privacidade e violência de gênero *on-line*), a recortes etários específicos (por exemplo crianças mais novas) e abrangência geográfica (áreas rurais ou urbanas).
- Considerar a perspectiva de gênero na formulação de políticas públicas relacionadas ao uso de TIC por meninas e meninos. Promover políticas públicas baseadas em evidências é primordial para evitar a reprodução de desigualdades de gênero.
- Envolver atores-chave nos debates sobre gênero e as tecnologias de informação e comunicação, a fim de estimular conscientização sobre o tema. Nesse contexto, é de fundamental importância dar voz a meninas e meninos, e também envolver mães, pais, docentes, mídia, setor privado e academia.
- Fomentar o pleno aproveitamento das oportunidades oferecidas pelas tecnologias digitais e pela Internet para crianças e adolescentes, de modo a maximizar os benefícios decorrentes de seu uso a meninas e meninos.
- Promover ambientes *on-line* seguros que permitam o exercício da liberdade de expressão de meninas e de meninos, bem como igualdade nas oportunidades usufruídas na rede.
- Difundir orientações para crianças e adolescentes, assim como para mães, pais e/ou responsáveis, e docentes, sobre canais de apoio para recorrer em caso de situações problemáticas ou de violência *on-line*.

7. Autoria

Gloria Bonder

Diretora da área Gênero, Sociedade e Políticas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO Argentina), coordenadora da Cátedra Regional UNESCO Mulher, Ciência e Tecnologia na América Latina (www.catunescomujer.org) e do Mestrado Virtual em Gênero, Sociedade e Políticas (www.prigepp.org). É também coordenadora da Rede Global de Cátedras UNESCO em Gênero e do Ponto Focal para América Latina de GenderInSite; pesquisadora sobre gênero, STEM (do inglês Science, Technology, Engineering, and Mathematics), participação de jovens na sociedade do conhecimento e políticas regionais sobre igualdade de gênero nos campos científicos e tecnológicos.

Tatiana Jereissati

Pós-graduada em Políticas, Gênero e Sociedade pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO Argentina), graduada em Letras (português/francês) pela Universidade de São Paulo (USP) e em Relações Internacionais pela Fundação Armando Alvares Penteado (Faap), é coordenadora de Métodos Qualitativos e Estudos Setoriais no Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Atua como pesquisadora na temática de gênero.

Javiera F. M. Macaya

Doutoranda em Administração de Empresas e mestre em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) e graduada em Gestão de Políticas Públicas pela USP, é pesquisadora na área de Métodos Qualitativos e Estudos Setoriais no Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

Stefania Lapolla Cantoni

Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e graduada na mesma área pela Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER), é pesquisadora na área de Métodos Qualitativos e Estudos Setoriais no Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

Sebastián Benítez Larghi

Graduado em Sociologia pela Universidad de Buenos Aires (UBA), mestre em Sociologia da Cultura pelo Instituto de Altos Estudios Sociales da Universidad de San Martín (IDAES-UNSM), doutor em Ciências Sociais também pela Universidad de Buenos Aires (UBA). É professor adjunto da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (UNLP) e pesquisador adjunto do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

Blas Fernández

Graduado em Ciência Política pela Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires (UBA), pós-graduado em Formação *on-line* pela Universitat Oberta de Catalunya (UOC), e em Estudos Europeus pela Universidad de Tres de Febrero, e mestre em Relações e Negociações Internacionais pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Universidad de San Andrés e Universidad de Barcelona.

Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br/NIC.br)

O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), é responsável pela produção de indicadores e estatísticas sobre o acesso e o uso da Internet no Brasil. Em 2012, o Cetic.br foi instituído como Centro de Categoria II da UNESCO, com a missão de monitorar o desenvolvimento das sociedades da informação e do conhecimento na América Latina e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Cátedra Regional UNESCO Mulher, Ciência e Tecnologia na América Latina

www.catunescomujer.org

Criada em 2001, na FLACSO, Argentina, com base nas recomendações do Fórum Regional Mulheres, Ciência e Tecnologia na América Latina (Bariloche-Argentina, 1998) e da Conferência Mundial de Ciência para o Século XXI: por um novo compromisso (Budapeste - Hungria, 1999), a cátedra é coordenada por Gloria Bonder. Seu principal objetivo é promover e apoiar a integração da abordagem de igualdade de gênero no desenvolvimento científico, tecnológico e inovação (CTI), a fim de fortalecer a participação plena de mulheres e homens nos âmbitos educacional e laboral em CTI/STEM; incorporar a análise de gênero na pesquisa científica, na produção tecnológica e na inovação; reverter vieses de gênero em culturas, processos e práticas institucionais; e contribuir para o desenho, gestão e avaliação de políticas e programas nos setores público e privado que atendam às necessidades, capacidades e interesses de ambos os gêneros.

É o ponto focal para a América Latina e o Caribe da iniciativa global GenderInSITE - Gênero em Ciência, Inovação, Tecnologia e Engenharia - e é responsável por coordenar a Rede Global de Cátedras UNESCO em Gênero.

Referências

- Akrich, M. (1992). The description of technical objects. In W. Bijker & J. Law (Eds.). *Shaping technology/building society: Studies in sociotechnical change* (pp. 205-244). Cambridge, MA: MIT Press.
- Barbovschi, M., O'Neill, B., Velicu, A., & Mascheroni, G. (2014). *Policy Recommendations*. Report D5.1. Milano, IT: Net Children Go Mobile. Recuperado de http://netchildrengomobile.eu/ncgm/wp-content/uploads/2013/07/D5.1_PolicyRecommendationsReport.pdf
- Berg, A., & Lie, M. (1995). Feminism and Constructivism: Do artifacts have Gender? *Science, Technology & Human Values*, 20(3), 332-351.
- Bonder, G. (2016). *Las que dieron el sí: mujeres que estudian Informática en Argentina*. Buenos Aires, AR: Cátedra Regional Unesco Mujer, Ciencia y Tecnología en América Latina. Recuperado de <https://goo.gl/8Wy8cQ>
- Bourdieu, P. (1988). *La distinción. Criterios y bases sociales del gusto*. Buenos Aires, AR: Taurus.
- boyd, d. (2008a). *Taken Out of Context American Teen Sociality in Networked Publics*. Berkeley, CA: University of California. Recuperado de <https://www.danah.org/papers/TakenOutOfContext.pdf>
- boyd, d. (2008b). Why Youth (Heart) Social Network Sites: The Role of Networked Publics in Teenage Social Life. In D. Buckingham (Ed.). *MacArthur Foundation Series on Digital Learning – Youth, Identity, and Digital Media Volume* (pp. 1-26). Cambridge, MA: MIT Press.
- boyd, d., & Hargittai, E. (2013). Connected and concerned: Variation in parents' online safety concerns. *Policy & Internet*, 5(3), 245-269.
- boyd, d., & Marwick, A. E. (2011). Social privacy in networked publics: teens' attitudes, practices, and strategies. *A Decade in Internet Time: Symposium on the Dynamics of the Internet and Society* (pp. 1-29), Oxford, UK. Recuperado de <https://www.danah.org/papers/2011/SocialPrivacyPLSC-Draft.pdf>
- Cantos, J. L. M., & Collado, C. C. (2017). La brecha digital de género y la escasez de mujeres en las profesiones TIC. *Panorama social*, 25, 49-65.
- Cantos, J. L. M., Collado, C. C., & Fernández, J. M. (2011). La brecha digital de género en España y Europa. Medición con indicadores compuestos. *Reis: Revista española de investigaciones sociológicas*, 136, 127-140.
- Cockburn, C., & Ormrod, S. (1993). *Gender and technology in the making*. London, UK: Sage Publications.
- Collado, C. C. (2016a). La brecha de género en la 4ª revolución industrial. *Gaceta sindical: reflexión y debate*, 27, 97-106.
- Collado, C. C. (2016b). La nueva gestión pública y las políticas de igualdad de género en las universidades. *Investigaciones feministas: papeles de estudios de mujeres, feministas y de género*, 7(2), 225-245.
- Collado, C. C. et al. (2015). *Las mujeres en la gran recesión*. Madrid, ES: Cátedra.
- Collado, C. C., & Webster, J. (2014). *Género, ciencia y tecnologías de la Información*. Barcelona, ES: Aresta.
- Conselho Econômico e Social (ECOSOC). (1997). Nações Unidas. Author. Recuperado de [http://undocs.org/es/E/1997/97\(SUPP\)](http://undocs.org/es/E/1997/97(SUPP))
- European Institute for Gender Equality. (EIGE). (n. d.). *Glossary & Thesaurus: gender perspective*. Recuperado de <https://eige.europa.eu/thesaurus/terms/1197>
- Faulkner, W. (2001). The technology question in feminism: A view from feminist technology studies. *Women's Studies International Forum*, 24(1), 79-95. Recuperado de <http://classes.matthewjwbrown.net/teaching-files/gender/faulkner.pdf>
- Gendered Innovations*. (n. d.). Author. Recuperado de <https://genderedinnovations.stanford.edu/>
- Hafkin, N., & Huyer, S. (2006). *Cinderella or Cyberella: empowering women in the knowledge society*. Bloomfield, CT: Kumarian Press.
- Hill, C., Corbett, C., & Andresse St. Rose, A. (2010). *Why So Few? Women in Science, Technology, Engineering, and Mathematics*. Washington, DC: AAUW. Recuperado de <https://www.aauw.org/app/uploads/2020/03/why-so-few-research.pdf>
- Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC). (2012a). Encuesta Nacional sobre Acceso y Uso de Tecnologías de la Información y la Comunicación (ENTIC). *Resultados del tercer trimestre de 2011*. Buenos Aires, AR. Recuperado de https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/entic_12_12.pdf
- Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC). (2012b). *Censo nacional de Población, Hogares y Viviendas, 2010*. Buenos Aires, AR. Recuperado de https://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=2&id_tema_2=41&id_tema_3=135
- Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC). (2013). Encuesta Nacional sobre Acceso y Uso de Tecnologías de la Información y la Comunicación (ENTIC). *Resultados del tercer trimestre de 2011*. Buenos Aires, AR. Recuperado de

- https://www.indec.gov.ar/uploads/informesdeprensa/entic_06_13.pdf
- Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC). (2015). Encuesta Nacional sobre Acceso y Uso de Tecnologías de la Información y la Comunicación (ENTIC). *Informe preliminar sobre indicadores básicos de acceso y uso*. Buenos Aires, AR. Recuperado de https://www.indec.gov.ar/uploads/informesdeprensa/entic_10_15.pdf
- Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC). (2017). *Informes Técnicos*. 1(226) Servicios. 1(6), Accesos a Internet. Buenos Aires, AR. Recuperado de https://www.indec.gov.ar/uploads/informesdeprensa/internet_12_17.pdf
- Larghi, S. B. (2016). Elogio de un “fracaso”. La dimensión simbólica del Programa Conectar Igualdad. *Revista Argentina de Estudios de Juventud*, 10, 1-15. doi: <https://doi.org/10.24215/18524907e011>
- Lins, B. A. (2016). “Ih, vazou!”: pensando gênero, sexualidade, violência e internet nos debates sobre pornografia de vingança. *Cadernos de Campo*, 25(25), 246-266. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/114851>
- Livingstone, S. (2008). Taking risky opportunities in youthful content creation: teenagers' use of social networking sites for intimacy, privacy and self-expression. *New media & society*, 10(3), 393-411.
- Livingstone, S., Carr, J., & Byrne, J. (2016). *One in three: Internet governance and children's rights*. Innocenti Discussion Paper 2016-01. Florence, IT: UNICEF Office of Research. Recuperado de https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/idp_2016_01.pdf
- Livingstone, S., Davidson, J., Bryce, J., Batool, S., Haughton, C., & Nandi, A. (2017). *Children's online activities, risks and safety: a literature review by the UKCCIS evidence group*. London, UK: LSE. Recuperado de <http://eprints.lse.ac.uk/84956/1/Literature%20Review%20Final%20October%202017.pdf>.
- Livingstone, S., Mascheroni, G., & Staksrud, E. (2015). *Developing a framework for researching children's online risks and opportunities in Europe*. EU Kids Online Network. Recuperado de <http://eprints.lse.ac.uk/64470/>
- Livingstone, S., & Mason, J. (2015). *Sexual rights and sexual risks among youth online: a review of existing knowledge regarding children and young people's developing sexuality in relation to new media environments*. London, UK: European NGO Alliance for Child Safety Online. Recuperado de http://eprints.lse.ac.uk/64567/1/Livingstone_Review_on_Sexual_rights_and_sexual_risks_among_online_youth_Author_2015.pdf
- Livingstone, S., Stoilova, M., & Nandagiri, R. (2019). *Children's data and privacy online: growing up in a digital age: an evidence review*. London, UK: LSE. Recuperado de <http://www.lse.ac.uk/media-and-communications/assets/documents/research/projects/childrens-privacy-online/Evidence-review.pdf>
- London School of Economics. (LSE). (n. d). *EU Kids Online: Enhancing Knowledge Regarding European Children's Use, Risk and Safety Online*. Recuperado de <http://www2.lse.ac.uk/media@lse/research/EUKidsOnline/Home.aspx>
- Margolis, J., & Fisher, A. (2002). *Unlocking the Clubhouse: Women in computing*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Martínez, S. L. (Coord.). (2015). *De tecnologías digitales, educación formal y políticas públicas*. Buenos Aires, AR: Instituto de Investigaciones Gino Germani – Facultad de Ciencias Sociales/Universidad de Buenos Aires. Recuperado de <http://esic.sociales.uba.ar/media/De%20tecnologias%20digitales,%20educacion%20formal%20y%20politicas%20publicas.pdf>
- Marwick, A. (2017). *Scandal or sex crime? Gendered privacy and the celebrity nude photo leaks*. Recuperado de http://www.tiara.org/wp-content/uploads/2018/05/marwick_2017_ScandalOrSexCrime.pdf
- Marwick, A. E., & boyd, D. (2014). Networked privacy: How teenagers negotiate context in social media. *New media & society*, 16(7), 1051-1067.
- Ministerio de Educación de la Nación. (2012). *Informe de alcances y resultados del Programa Conectar Igualdad 2011*. Buenos Aires, AR: Mimeo.
- Morgan, D. L., & Hoffman, K. (2017). Focus Groups. In Flick, U. (Ed.). (2017). *The SAGE handbook of qualitative data collection* (pp. 250-263). Berlim, GE: Sage.
- Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). (2020). *Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil – TIC Kids Online Brasil 2019*. Recuperado de <https://cetic.br/pt/tics/kidsonline/2019/criancas/E1/>
- Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). (2019). *Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil – TIC Kids Online Brasil 2018*. Recuperado de <https://cetic.br/pt/tics/kidsonline/2018/criancas/A1C/>
- Observatorio de la deuda social de la infancia (ODSI). (2013). *Barómetro de la Deuda Social de la infancia*. Buenos Aires, AR: UCA. Recupera-

- do de http://wadmin.uca.edu.ar/public/ckeditor/2013_Observatorio_Infancia.pdf
- Oudshoorn, N., Saetnan, A. R., & Lie, M. (2002, July). On gender and things: reflections on an exhibition on gendered artifacts. *Women's Studies International Forum*, 25(4), 471-483.
- Plan S@rmiento BA. (2011). Recuperado de: <http://www.buenosaires.gov.ar/sarmientoba>
- Ringrose, J. (2011). Are you sexy, flirty, or a slut? Exploring 'sexualization' and how teen girls perform/negotiate digital sexual identity on social networking sites. In R. Gill, & C. Scharff (Eds.). *New Femininities* (pp. 99-116). London, UK: Palgrave Macmillan. Recuperado de https://link.springer.com/chapter/10.1057/9780230294523_7#citeas
- Ringrose, J., Gill, R., Livingstone, S., & Harvey, L. (2012). *A qualitative study of children, young people and 'sexting': a report prepared for the NSPCC*. London, UK: National Society for the Prevention of Cruelty to Children. Recuperado de http://eprints.lse.ac.uk/44216/1/_Libfile_repository_Content_Livingstone%2C%20S_A%20qualitative%20study%20of%20children%2C%20young%20people%20and%20%27sexting%27%20%28LSE%20R0%29.pdf.
- Ringrose, J., Harvey, L., Gill, R., & Livingstone, S. (2013). Teen girls, sexual double standards and "sexting": gendered value in digital image exchange. *Feminist Theory*, 14(3), 305-323. Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/35437092.pdf>.
- Sistema de Información Cultural de la Argentina (SinCA). (2014). *Encuesta nacional de consumos culturales*. Buenos Aires, AR. Recuperado de: <https://www.sinca.gob.ar/VerDocumento.aspx?IdCategoria=10>
- Sørensen, K. H. (1992). Towards a feminized technology? Gendered values in the construction of technology. *Social Studies of Science*, 22(1), 5-31.
- Spade, J. Z., & Valentine, C. G. (Eds.). (2019). *The Kaleidoscope of Gender: prisms, patterns and possibilities*. (6a ed.). London, UK: Sage Publications.
- Stoilova, M., Livingstone, S., & Nandagiri, R. (2019). *Children's data and privacy online: Growing up in a digital age. Research findings*. London, UK: LSE. Recuperado de <http://www.lse.ac.uk/my-privacy-uk/Assets/Documents/Childrens-data-and-privacy-online-report-for-web.pdf>
- União Internacional de Telecomunicações (UIT). (2017). *Relatório sobre medição da sociedade da informação 2015, Resumo executivo*. Genebra, SWI: Setor de Desenvolvimento das Telecomunicações.
- United Nations (UN). (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Recuperado de <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>
- United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). (2014). *Measuring ICT and gender: an assessment*. Geneva, SWI: United Nations. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/321443832_Measuring_ICT_and_Gender_An_assessment.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (2017). *Cracking the code: Girls' and women's education in science, technology, engineering and mathematics (STEM)*. Paris, FR: Author. Recuperado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002534/253479e.pdf>
- Vickery, J. (2014). "I Don't Have Anything to Hide, But...": The Challenges and Negotiations of Social and Mobile Media Privacy for Non-Dominant Youth. *Information, Communication & Society*, 18(3), 281-294. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2535998>
- Wajcman, J. (2004). *TechnoFeminism*. Cambridge/Malden, MA: Polity.
- World Wide Web Foundation. (2015). *Women's Rights Online: translating access into empowerment*. Washington, DC: Author. Recuperado de <http://webfoundation.org/docs/2015/10/womens-rights-online21102015.pdf>



Organización
de las Naciones Unidas
para la Educación,
la Ciencia y la Cultura

Cuadernos de Discusión de Comunicación e Información:

- #1. [Gasto público en la educación de América Latina. ¿Puede servir a los propósitos de la Declaración de París sobre los Recursos Educativos Abiertos?](#) *Amalia Toledo, Carolina Botero y Luisa Guzmán* (También disponible en [inglés](#))
- #2. [La información y el conocimiento abierto en el contexto de la cooperación multilateral: Aspectos clave para la revisión del Acuerdo Regional No.7 de ALADI](#) - *Juan Carlos Lara y Carolina Rossini*
- #3. [Principios y “buenas prácticas” para los medios públicos en América Latina.](#) *Martín Becerra y Silvio Waisbord.*
- #4. [Guía político- pedagógica sobre la incorporación de la temática de libertad de expresión y de acceso a la información pública en la formación de operadores judiciales en América Latina.](#) *Catalina Botero.*
- #5. [Regulación independiente de la radio y televisión: Una revisión de políticas y prácticas internacionales.](#) *Eve Salomon.* (También disponible en [inglés](#) y [portugués](#))
- #6. [Internet y la libertad de expresión.](#) *Andrew Puddephatt.* (También disponible en [inglés](#) y [portugués](#))
- #7. [Concentración de medios y libertad de expresión: normas globales y consecuencias para las Américas.](#) *Toby Mendel, Ángel García Castillejo y Gustavo Gómez.* (También disponible en [inglés](#)).
- #8. [Acceso a la información: Lecciones de la América Latina.](#) *Bill Orme.* (También disponible en [inglés](#))
- #9. [Guía para operadores judiciales sobre la Agenda 2030 para el desarrollo sostenible con énfasis en el ODS 16.](#) *Javier Benech*
- #10. [Mejores prácticas para orientar el diálogo entre el Poder Judicial y la prensa. Guía para jueces y periodistas.](#)
- #11. [La seguridad de los periodistas en las agendas de derechos humanos y desarrollo sostenible: oportunidades para mejorar los mecanismos de reporte sobre violaciones de derechos humanos en Guatemala, Honduras y El Salvador.](#) *Oscar Antonio Pérez y Luis Enrique Salazar* (También disponible en [inglés](#))
- #12. [Manual de periodismo de investigación. Ética / Narrativa / Investigación / Seguridad.](#) *Mauricio Weibel Barbosa*
- #13. [La convergencia de medios, telecomunicaciones e internet en la perspectiva de la competencia: Hacia un enfoque multicompreensivo.](#) *Martín Becerra y Guillermo Mastrini*
- #14. [Redes sociales y elecciones.](#) *Andrew Puddephatt* (También disponible en [inglés](#))
- #15. [Foro de Alto Nivel: Fortalecimiento del Estado de Derecho y los Derechos Humanos para lograr sociedades pacíficas, justas, inclusivas y transparentes.](#) *Javier Benech.*
- #16. [Infancia, democracia y libertad de expresión.](#) *Emilio García Méndez.* (También disponible en [inglés](#))
- #17. [Desafíos y asimetrías regulatorias de los servicios audiovisuales en Internet ¿Qué hacer?](#) *OBSERVACOM*
- #18. [Manual de periodismo de tecnología. Investigación | Escritura | Temas | Seguridad](#) *Natalia Zuazo*